

INSTRUMENTO DE CESSÃO TOTAL DO CONTRATO Nº 4600206892 PELA PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., EM FAVOR DA COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO (ES GÁS), NA FORMA ABAIXO:

Como **CEDENTE**:

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. ("BR"), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 34.274.233/0001-02, com sede na Rua Correia Vasques n.º 250, Cidade Nova, CEP: 20.211-140, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Coordenador de Desenvolvimento e Implantação, Sr. Antonio Fernando Cesar Filho e por seu Coordenador de Operações de Gás, Sr. Marcio Eduardo de Souza Lirio, doravante denominada **"BR"**; e

Como **CESSIONÁRIA**:

COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO ("ES GÁS"), sociedade de economia mista, com sede na Cidade de Serra- ES, Rua Santos Dumont, S/Nº, Rosário de Fátima, CEP: 29.161-144, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.307.295/0002-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Gerente de Gestão de Pessoas e Serviços Administrativos, Sr. Lucas Magalhães Torres; e

Como **INTERVENIENTE ANUENTE**:

CDGN LOGÍSTICA S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 05.484.996/0001-71, com sede estabelecida na Av. Maracanã, Nº 987, Sala 601 a 608 e 702 a 706, Bloco 03, Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.511-000, neste ato representado pelos seus Diretores, José Alcides Santoro Martins, portador do CPF: 892.522.258-20 e João Carlos Gonchorosky, portador do CPF: 514.149.459-49, doravante denominada **"Contratada"**.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) o Art. 21 da Lei Estadual 10955/2018 dispõe quanto à previsão de que os serviços de distribuição de gás canalizado não sofram solução de continuidade até que a sociedade de economia mista assuma a execução do objeto, de modo que caberá à Petrobras Distribuidora a responsabilidade pela continuidade dos serviços durante o período de transição;
- (ii) a outorga à **ES GÁS** da concessão para explorar os serviços de gás canalizado em todo o território do Estado do Espírito Santo, apenas se iniciará com assinatura do contrato de concessão;
- (iii) diante do compromisso da **BR** em manter a continuidade dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo durante o período de transição até a total transferência dos serviços para a nova empresa Estatal constituída, as partes acordam com a celebração de contrato de prestação de serviços entre **BR** e **ES GÁS**, por meio do qual a **BR** prestará serviços técnicos especializados de distribuição de gás canalizado pelo período de transição.

Este documento foi assinado digitalmente por Jose Alcides Santoro Martins e Joao Carlos Gonchorosky. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código BFCF-DE17-0874-2360.

e fornecerá à ESGAS suporte técnico e capacitação necessárias no período até que a citada empresa assuma o exercício da concessão de distribuição de gás natural no Estado do Espírito Santo;

- (iv) nos termos do contrato de prestação de serviços firmado entre **BR** e a **ES GAS**, a **BR** atuará, dentre outros serviços, no gerenciamento e fiscalização de alguns contratos de serviços que dão suporte ao exercício da concessão de distribuição de gás natural na forma do descritivo que consta do Anexo I do citado contrato, para tal atuação pela **BR** em favor da **ES GÁS**

RESOLVEM as Partes celebrar o presente instrumento de Cessão total do Contrato nº **4600206892**, de acordo com as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. Por este instrumento, a **BR** cede e transfere, a posição contratual que detém no Contrato n.º **4600206892** em favor da **ES GÁS** que, por sua vez, recebe, na mesma proporção e forma estabelecidas, os direitos e obrigações oriundos do referido Contrato, referente a prestação de serviços de transporte de gás natural comprimido.
- 1.1.1 A **ES GÁS** anui com todos os termos do presente instrumento e obriga-se pelo cumprimento de todas as cláusulas e condições do contrato ora cedido.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES

- 2.1. Por força do Contrato de Prestação de Serviços que é mencionado nos considerandos (iii) e (iv), a **BR** será responsável pelo gerenciamento e fiscalização do presente contrato objeto da cessão à **ES GÁS**, podendo exercer, em nome da **ES GÁS**, os direitos inerentes ao referido Contrato.
- 2.2. A **ES GÁS**, por sua vez, permanece responsável pela obrigação de pagamento perante a **Contratada** observadas as condições previstas no contrato e mediante prévio ateste dos valores pela **BR** por meio da medição do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - MANDATO

- 3.1. Neste ato, a **ES GÁS**, na condição de cessionária nos termos do presente Instrumento de Cessão, na forma do artigo 653 do Código Civil Brasileiro, nomeia a **BR** como sua mandatária perante terceiros no âmbito deste Contrato, até que ocorra a transição total dos serviços para a **ES GÁS**, sendo que a **BR** aceita sua indicação como representante da **ES GÁS** para efeito deste contrato.
- 3.2. A atuação da **BR** como mandatária da **ES GÁS** na gestão do contrato limita-se a poderes de acompanhamento e fiscalização do exercício de todos os direitos e cumprimento das obrigações objeto do presente contrato ora cedido inerentes à atividade de gerenciamento e fiscalização do contrato.

3.3. Para os fins previstos no item 3.2 acima, a **BR** está autorizada a atuar em nome da **ES GÁS** para gerir o cumprimento do contrato em referência, nos termos do disposto no Contrato de Prestação de Serviços e anexos dele integrantes firmado entre **BR** e **ES GÁS**, incluindo, mas não se limitando a, verificação do cumprimento das obrigações contratuais pela empresa Contratada e outras ações inerentes à fiscalização do contrato quanto ao cumprimento de todos os deveres, responsabilidades e obrigações no exercício de todos os direitos da **ES GÁS**, inclusive com a outorga dos seguintes poderes específicos:

- (i) Fiscalização, acompanhamento e gestão da execução das obrigações contratuais pela Contratada;
- (ii) fornecimento de informações e orientações quanto ao cumprimento das condições contratuais;
- (iii) tratativas quanto ao descumprimento de obrigações contratuais;
- (iv) ateste e assinatura dos boletins de medição dos serviços executados;
- (v) gestão do saldo contratual.

3.4. A **ES GÁS** está ciente de que a obrigação de pagamento pelos serviços prestados no âmbito deste contrato ficará a seu cargo a partir da entrada em vigor deste instrumento.

3.5. A **Contratada**, interveniente anuente, fica ciente de que com a presente cessão contratual, os faturamentos deverão ser feitos em nome da **ES GÁS**.

CLÁUSULA QUARTA - TRANSFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. A **BR** deverá repassar a **ES GÁS** a fatura mensal para pagamento dos serviços, já considerando a medição e aceite dos serviços realizados, sem prejuízo do repasse de todos e quaisquer documentos dos quais tenha posse em razão do Contrato ora cedido, bem como cópia de correspondências trocadas entre a **BR** e a empresa Contratada, desde que necessário ao conhecimento da **ES GÁS**.

CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

5.1. As Partes ratificam aqui todos os termos do Contrato ora cedido, não alterados pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA

6.1. Este instrumento entrará em vigor na data de 01 de outubro de 2020.

CLÁUSULA SÉTIMA - FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

- 7.1. As Partes elegem o foro central da Comarca da Cidade de Vitória, no Espírito Santo, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. Por ocasião da transição total dos serviços para a **ES GÁS**, este instrumento de cessão perde a validade para todos os fins e efeitos, ficando a **BR** exonerada das obrigações que lhe são acometidas por meio deste instrumento.
- 8.2. A **ES GÁS** fica ciente de que responderá por qualquer ônus financeiro, que tenha dado causa, decorrente da execução do contrato a seu favor, mediante prévio comunicado da **BR**.

LISTA DE ANEXOS:

Anexo I – Contrato 4600206892 e anexos
Anexo II - Planilha de Preços – Itens cedidos

E por estarem justas e acordadas, as partes contratantes firmam o presente instrumento, assinando de forma digital.

COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO
Lucas Magalhães Torres

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Antonio Fernando Cesar Filho

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Márcio Eduardo de Souza Lirio

CDGN LOGÍSTICA S.A
José Alcides Santoro Martins

CDGN LOGÍSTICA S.A
João Carlos Gonchorosky

VISTO
GJUR - ES GÁS



PETROBRAS

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL
COMPRIMIDO CELEBRADO ENTRE
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. E CDGN
LOGÍSTICA S/A, NA FORMA ABAIXO:**

- **PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.**, com sede na Rua Côrrea Vasques, n.º 250, Ed. Lubrax, Cidade Nova - Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob n.º 34.274.233/0001-02, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de contratante dos serviços, doravante denominada "**PETROBRAS DISTRIBUIDORA**"; e,
- **CDGN LOGÍSTICA S.A.**, com sede na Avenida Maracanã, 987, Torre 3, sala 601 a 608, Tijuca, CEP: 20.511-000, cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o n.º 05.484.996/0001-71, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de prestadora dos serviços, doravante denominada "**TRANSPORTADORA**";

CONSIDERANDO QUE:

- I. a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** é a concessionária exclusiva dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, conforme contrato de concessão celebrado em 16/12/1993 entre o governo do Estado do ES e a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**;
- II. a **TRANSPORTADORA** é uma empresa especializada em transporte de Gás Natural Comprimido;
- III. o serviço de transporte de GNC para os Projetos Estruturantes nas cidades de Aracruz (Posto Spinassé), Colatina e Linhares é necessário para atendimento aos usuários de gás natural nas referidas cidades;

RESOLVEM celebrar o presente Contrato, que passa a ser regido integralmente pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. Definição e Interpretação de Termos:

1.1- Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

Ano: significa cada período que:

- a) para o primeiro Ano, começará no Dia do Início de Fornecimento e terminará no último Dia do Mês de dezembro do ano em questão;
- b) para cada Ano sucessivo ao referenciado no item (a), com exceção do último Ano de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia de janeiro do correspondente ano e terminará no último Dia do Mês de dezembro do mesmo ano;
- c) para o último Ano de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia de janeiro do correspondente ano e terminará no último Dia de vigência do Contrato;
- d) O termo "ano" quando não grafado em maiúscula significará ano civil.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de Gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 ou qualquer outra entidade que, por força de lei ou regulamentação, venha a substituí-la no futuro.



Arredondamento ou Arredondado: Nos cálculos dos preços, parcelas, fatores e índices, deste Contrato, serão utilizados os seguintes critérios de arredondamento:

- a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

ARSP: Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Espírito Santo, autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

Calibração: significa conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento ou sistema de medição de determinada grandeza e os correspondentes valores estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis a RBC (Rede Brasileira de Calibração).

Caloria (cal): 1 (uma) Caloria é a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1 (um) grama de água pura de 14,5° C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5° C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil e trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma Caloria equivale a 4,1855 J (quatro Joules e mil e oitocentos e cinquenta e cinco décimos de milésimos). Uma Quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) Calorias.

Caso Fortuito ou Força Maior: define-se no item 6.12.

Conjunto de Medição: significa o conjunto de equipamentos mecânicos e eletroeletrônicos, de propriedade da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, situado no Local de Entrega, destinado a medir o volume de Gás entregue pela **TRANSPORTADORA**.

Contrato: significa este contrato de prestação de serviços celebrado entre as Partes, assim como os seus Anexos e termos aditivos que venham a ser assinados pelas Partes.

Dia: corresponde a cada dia calendário do período de vigência do Contrato, tendo início à 0:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas) do dia de que se trate, tendo como referência a GMT-3h. (Greenwich Meridian Time menos três horas).

Dia Útil: significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades do Rio de Janeiro/RJ e de Vitória/ES.

Documento de Cobrança: é qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito ou título emitido por uma Parte à outra para cobrança de valor que deva ser pago nos termos do Contrato.

Falha no Fornecimento: situação caracterizada pela ocorrência, em determinado Dia, no Local de Entrega, do seguinte fato:

- (a) falta de disponibilidade de Gás em relação à Quantidade Diária Contratada (QDC);

excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará Falha no Fornecimento:

- (i) ser o fato atribuído a Caso Fortuito ou Força Maior;
- (ii) ter a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** sido a parte determinante para tal ocorrência;



Gás ou Gás Natural: mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que, nas Condições de Referência, se encontra no estado gasoso.

Gás Natural Comprimido (GNC): todo Gás Natural processado e condicionado para o transporte em reservatórios, à temperatura ambiente e pressão próxima à condição de mínimo fator de compressibilidade, para fins de distribuição deste produto.

IGP-DI: significa o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro índice que venha a substituí-lo. Caso o IGP-DI seja extinto e não seja substituído por outro índice, as Partes acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim.

Início de Fornecimento: Data estimada no Contrato, a partir da qual se iniciam as obrigações e direitos das Partes relativas à prestação de serviços e recebimento de Gás, que poderá ser alterada mediante acordo entre as Partes, na forma da cláusula 6.1.

Local de Entrega: Local onde o Gás será colocado à disposição pela **TRANSPORTADORA** para o recebimento da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, conforme previsto no item 5. Esse Local foi construído e é operado de acordo com a NBR n.º 15.600 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Local de Retirada: Local onde o Gás será colocado à disposição pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** para que a **TRANSPORTADORA** carregue seus veículos transportadores de GNC.

Mês: significa, para o primeiro Mês, o período que começa no Dia do Início de Fornecimento e termina às 24:00h (vinte e quatro horas) do último Dia de tal Mês. Para o último Mês, começará no primeiro Dia do Mês correspondente e terminará no último Dia de vigência do Contrato. Para os demais Meses, corresponde a cada mês calendário de vigência do Contrato, tendo início à 0:00h (zero hora) do primeiro Dia de cada Mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último Dia de tal Mês. Mensalmente será interpretado de modo análogo.

Metro Cúbico ou m³: corresponde à Quantidade de Gás que, nas Condições Base, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

Notificação: significa qualquer comunicação entre as Partes, dirigida aos domicílios constituídos nos termos do item 6.19, cujo teor e recebimento possam ser provados, pela Parte emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, telefonema gravado, carta, comunicação eletrônica com aviso de entrega e de leitura, fac-símile ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento, conforme estipulado no item 6.19.

Parte(s): significam a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** e a **TRANSPORTADORA**, quando em conjunto mencionadas. No singular, significa **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** ou **TRANSPORTADORA**, conforme o contexto.

Parte Afetada: significa a Parte que alegar o evento de Caso Fortuito ou Força Maior.

Plano de Contingência: Procedimento para identificação e atuação em situações de contingência e emergência, definindo a forma de atuação da **TRANSPORTADORA** para sanar devidamente cada situação identificada. O Plano de Contingência deverá ser elaborado pela **TRANSPORTADORA** e aprovado pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** antes do Início do Fornecimento.

Poder Calorífico de Referência (PCR): é igual ao PCS de 9.400 Kcal/m³ (nove mil e quatrocentas Quilocalorias por Metro Cúbico).



Poder Calorífico Superior (PCS): é a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de Gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976 de 1995, ou suas revisões posteriores, com Arredondamento para número inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m³ (Quilocaloria por Metro Cúbico).

Preço do Serviço (PS): Preço estipulado pela **TRANSPORTADORA** para prestação dos serviços objeto deste Contrato. No Preço do Serviço (PS) estão incluídos os custos, insumos, supervisão, administração, despesas e demais obrigações legais que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, inclusive lucro, necessários à sua perfeita execução, até o término do Contrato, exceto os tributos.

Pressão de Entrega: significa a pressão medida imediatamente à montante do Sistema de Descompressão a ser operado pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, definida no Anexo I.

Quantidade de Gás: significa volume de Gás em Metros Cúbicos nas Condições de Referência, com Arredondamento para número inteiro.

Quantidade Diária Contratada (QDC): significa a Quantidade de Gás objeto dos compromissos de prestação de serviços e recebimento estabelecidos em cláusula específica do Contrato.

Quantidade Diária Disponibilizada (QDD): significa a Quantidade de Gás que, no Dia, tenha sido efetivamente colocada pela **TRANSPORTADORA** à disposição da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, no Local de Entrega, conforme item 6.8.3.

Quantidade Efetivamente Retirada (QER): é Quantidade de Gás corrigida conforme item 6.4.

Quantidade Faltante (QF): corresponde à Quantidade de Gás calculada conforme item 6.9.1.

Sistema de Compressão: significam os conjuntos de equipamentos, de propriedade e operados pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, necessários para compressão do Gás Natural para armazenamento do GNC em veículos transportadores.

Sistema de Descompressão: significam os conjuntos de equipamentos destinados a redução da pressão do Gás dos veículos transportadores, de propriedade e operados pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**.

Sistema de Transporte: significam os veículos compostos por módulos para armazenamento e transporte de GNC e cavalos mecânicos, de propriedade e operados pela **TRANSPORTADORA**, de acordo com as normas e leis vigentes.

Tarifa do Gás (TG): significa a tarifa de gás canalizado vigente no Estado do ES, em R\$/m³, publicada rotineiramente pela ARSP.

2. Objeto:

2.1- O presente Contrato tem por objeto a prestação pela **TRANSPORTADORA** dos serviços de transporte de gás natural comprimido no Estado do Espírito Santo, de conformidade com os termos e condições aqui estabelecidas.



2.2- Os serviços prestados pela **TRANSPORTADORA** serão os seguintes: (i) carregamento dos veículos de transporte GNC no Local de Retirada; (ii) transporte e entrega do GNC no Local de Entrega; (iii) conexão do veículo de transporte de GNC ao Sistema de Descompressão no Local de Entrega onde o gás terá a sua pressão reduzida e será medido; (iv) retorno do veículo de transporte de GNC ao Local de Retirada.

3. Prazo:

3.1- O presente Contrato terá o prazo de 24 (Vinte e quatro) meses e poderá ser prorrogado através de celebração de termo aditivo.

4. Quantidades:

4.1- Durante o prazo de vigência do presente Contrato, a partir do Início de Fornecimento, a Quantidade Diária Contratada (QDC) será:

- para o transporte de GNC para o Local de Entrega da Estação de Descompressão de Linhares: 37.000 m³/dia, desde o Início do Fornecimento até o fim da vigência contratual.

- para o transporte de GNC para o Local de Entrega da Estação de Descompressão de Aracruz (Posto Spinassé) e Colatina 8.500 m³/dia, desde o Início do Fornecimento até o fim da vigência contratual.

4.2. Revisão das quantidades contratadas:

4.2.1- A qualquer momento poderá ser acordada uma nova Quantidade Diária Contratada - QDC, mediante acordo entre as Partes.

4.2.2- Em caso de modificação da Quantidade Diária Contratada - QDC o valor do Preço do Serviço (PS) deverá ser revisto para essa nova condição, utilizando-se a metodologia prevista no item 6.10.

5. Condições de Fornecimento:

5.1- Os Locais de Retirada e de Entrega de GNC estão definidos no quadro abaixo:

Local de Retirada:	Estação de Compressão de Linhares
Locais de Entrega:	Estação de Descompressão na Cidade de Linhares
	Estação de Descompressão na Cidade de Colatina
	Estação de Descompressão do Posto Spinassé

5.1.1- Poderão ser definidos novos locais de entrega no estado do ES, desde que ambas as partes estejam de acordo.

5.1.2- Os demais dados das Condições de Fornecimento encontram-se detalhados no Anexo I deste Contrato.

5.2- Em caso de impossibilidade de acesso ao Local de Retirada, a **TRANSPORTADORA** deverá retirar o gás em outro local, a ser definido pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**.

5.3- Em caso de modificação das Condições de Fornecimento o valor do Preço do Serviço (PS) deverá ser revisto para essa nova condição, utilizando-se a metodologia prevista no item 6.10.



6. Condições Gerais

6.1. Vigência e Início de Fornecimento:

6.1.1- Este Contrato vigorará pelo prazo estipulado no item 3, a contar da data da sua assinatura, ficando o mesmo extinto automaticamente após o término deste prazo de vigência sem a necessidade de qualquer Notificação por qualquer das Partes.

6.1.2- As Partes poderão de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência deste Contrato, mediante a celebração de Aditivo.

6.1.3- O Início do Fornecimento nos termos do presente Contrato dar-se-á 30 dias após a data de assinatura deste Contrato.

6.1.4- A data estimada de Início de Fornecimento poderá ser prorrogada, ou antecipada, pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, de forma a compatibilizá-la com eventuais aspectos de ordem técnica ou de abastecimento de gás.

6.2- Qualidade:

6.2.1- O Gás fornecido pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** deverá apresentar características de qualidade que atendam, no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP nº 002/2008, anexo à Resolução ANP nº 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las.

6.3- Condições de referência do Gás:

1. Para Volume: Temperatura de 20° C e Pressão Absoluta de 1,033 Kgf/cm².
2. Para Poder Calorífico: Poder Calorífico Superior – PCS de 9.400 Kcal/m³.

6.4- Medição:

6.4.1- As medições diárias do Gás entregues pela **TRANSPORTADORA** à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** no Local de Entrega serão efetuadas pelo medidor instalado no Conjunto de Medição de propriedade da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**. A **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** concederá o sinal de medição para o sistema de telemetria da **TRANSPORTADORA**.

6.4.2- A responsabilidade de operação e manutenção do Conjunto de Medição cabe à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**. A medição se fará de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

6.4.3- As quantidades diárias de Gás referidas neste Contrato deverão ser corrigidas de acordo com a seguinte fórmula:

$$QER = Qc \times (PCS_M/9.400)$$

Onde:

QER = Quantidade Efetivamente Retirada, corrigida em função da variação do PCS

Qc = Quantidade de Gás, corrigida em função da pressão, temperatura e supercompressibilidade.

PCS_M = Poder Calorífico Superior Médio diário do Gás fornecido.



6.4.4- O valor do Poder Calorífico Superior (PCS) será calculado através de analisadores cromatográficos pertencentes à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**.

6.4.5- Na ausência de medições do PCS no Dia, será utilizada a medição do Dia imediatamente anterior.

6.4.6- Havendo, em qualquer Dia, indisponibilidade do sistema de medição que impeça a apuração segura da Quantidade de gás, a Quantidade Efetivamente Retirada (QER) relativa a esse Dia será determinada da seguinte forma, em ordem de preferência:

(a) acordo entre as Partes, o qual poderá considerar a medição apurada pelos medidores da **TRANSPORTADORA**;

(b) calculado com base na média aritmética da Quantidade Efetivamente Retirada (QER) dos últimos 03 (três) meses, se não houver acordo entre as Partes;

6.4.7- A Calibração dos medidores oficiais será providenciada pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, devendo a mesma, com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, enviar Notificação comunicando à **TRANSPORTADORA** a realização do evento, de forma a possibilitar que esta se faça representar para o acompanhamento dos trabalhos.

6.4.8- A Calibração dos medidores será efetuada utilizando padrões com referências estabelecidas (resultados rastreáveis) pelo órgão institucional competente.

6.4.9- O período entre Calibrações obedecerá a critérios da norma metrológica aplicável.

6.4.10- Nenhum ajuste será efetuado nos Conjuntos de Medição caso a Calibração indique que o mesmo esteja apurando uma Quantidade de Gás com erro igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos.

6.4.11- Caso determinada Calibração indique que o referido Conjunto de Medição esteja fora de ajuste, ou seja, fique comprovado que o mesmo esteja apurando uma Quantidade de gás com erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos:

(a) A **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** determinará tecnicamente um fator de correção da Quantidade de gás, com base nas informações constantes dos relatórios de Calibração, sendo facultado à **TRANSPORTADORA** acompanhar os trabalhos;

(b) O fator de correção será aplicado sobre a Quantidade Efetivamente Retirada (QER) durante o período em que o Conjunto de Medição esteve fora de ajuste;

(c) Não sendo conhecido o período em que o Conjunto de Medição esteve fora de ajuste, o fator de correção será aplicado sobre as Quantidades Efetivamente Retiradas (QER) dos 60 (sessenta) Dias anteriores à Calibração que detectou o erro ou da última metade do período de tempo entre a detecção do erro e a Calibração anterior do Conjunto de Medição, prevalecendo o menor período de tempo.

6.5- Local de Retirada e Local de Entrega do Gás:

6.5.1- Os Sistemas de Descompressão serão instalados nos Locais de Entrega citados no item 5, onde a **TRANSPORTADORA** deverá prestar os serviços objeto desse Contrato.



6.5.2- O Gás será retirado pela **TRANSPORTADORA** no Local de Retirada no ponto imediatamente à jusante do Sistema de Compressão da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, ficando ajustado que qualquer risco ou perda de Gás existente (a) até este ponto será de responsabilidade da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**; (b) a partir deste ponto será de responsabilidade da **TRANSPORTADORA**.

6.5.3- A entrega do Gás será feita através do Sistema de Transporte da **TRANSPORTADORA**. O Gás será entregue à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** no Local de Entrega no ponto imediatamente à montante do Sistema de Descompressão da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, ficando ajustado que qualquer risco ou perda de Gás existente (a) até este ponto será de responsabilidade da **TRANSPORTADORA**; (b) a partir deste ponto será de responsabilidade da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**.

6.5.4- Fica já ajustado pelas Partes que o Local de Retirada e o Local de Entrega poderão ser alterados a critério da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, ficando a **TRANSPORTADORA** responsável por transportar o gás entre os novos locais.

6.5.4.1 – Em caso de alteração do Local de Retirada e do Local de Entrega o valor do Preço do Serviço (PS) deverá também ser revisto para essa nova condição.

6.5.5- A **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** deverá disponibilizar à **TRANSPORTADORA**, no Local de Retirada e nos Locais de Entrega, a infraestrutura civil e de utilidades necessárias à operação dos veículos transportadores, conforme estabelecido no Anexo I deste Contrato.

6.6- Transporte do Gás:

6.6.1- O Gás a ser fornecido pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** à **TRANSPORTADORA** no Local de Retirada deverá ser transportado através de veículos compostos de cavalos mecânicos com semi-reboques contendo cilindros de Gás Natural Comprimido até o Local de Entrega.

6.6.2- A **TRANSPORTADORA** deverá fazer cumprir por todas as pessoas e empresas envolvidas com as atividades desse contrato, os Requisitos de SMS para transporte rodoviário, conforme estabelecido no Anexo II deste Contrato.

6.6.3- Para as condições estabelecidas nesse contrato, a **TRANSPORTADORA** deverá dimensionar e prover o seu Sistema de Transporte com capacidade para atender a Quantidade Diária Contratada definida no item 4.1 nos Locais de Entrega definidos no item 5.1, utilizando os seguintes equipamentos:

- semi-reboques de GNC com capacidade mínima de 6.000 m³ de gás, que devem atender às Especificações Técnicas estabelecidas no Anexo III desse Contrato.

- cavalos mecânicos, com equipe de motoristas em revezamento, 24 horas por dia ou 12h por dia, 7 dias por semana.

- cavalo mecânico de back-up, sem equipe de motoristas, para ser utilizado de forma imediata em caso de falhas ou defeitos em algum dos cavalos mecânicos que estiveram em operação.



6.6.3.1- A **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** disponibilizará um semi-reboque de sua propriedade para ser utilizado no transporte de GNC para o Local de Entrega da Estação de Descompressão de Colatina e/ou para o Local de Entrega da Estação de Descompressão do Posto Spinassé. O semi-reboque de propriedade da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** ficará sob total responsabilidade da **TRANSPORTADORA** durante a vigência desse contrato. O semi-reboque deverá ser utilizado exclusivamente nos serviços objeto desse contrato, sendo a **TRANSPORTADORA** responsável pela utilização e guarda do mesmo, devendo devolvê-lo à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** ao final do contrato nas mesmas condições em que o recebeu.

6.6.3.1.1- Antes do Início de Fornecimento a **TRANSPORTADORA** deverá fazer um relatório de inspeção no semi-reboque, que deverá ser assinado pelas Partes, atestando as suas condições de recebimento. Ao final do contrato a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** deverá fazer um relatório de inspeção no semi-reboque, que deverá ser assinado pelas Partes, de forma a atestar as condições de devolução do mesmo.

6.6.3.2- A **TRANSPORTADORA** deverá prover manutenção preventiva e corretiva no semi-reboque de propriedade da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, de forma que o mesmo esteja sempre em condições perfeitas de utilização, rodagem e atendimento às Especificações Técnicas e Requisitos de SMS.

6.6.4- Em caso de necessidade de alteração do volume de gás a ser transportado diariamente, acima ou abaixo da QDC prevista no item 4.1, as Partes deverão avaliar conjuntamente a mobilização ou desmobilização de equipamentos do Sistema de Transporte prevista no item 6.6.3, utilizando-se para tanto a metodologia de formação de preços prevista no item 6.10.

6.7- Paradas Programadas:

6.7.1- As Paradas Programadas necessárias a serem feitas pelas Partes devem ser programadas e executadas de forma a não interromper o transporte e recebimento de GNC previsto neste Contrato.

6.8- Compromisso de fornecimento e recebimento:

6.8.1- A **TRANSPORTADORA** compromete-se a disponibilizar para a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** nos Locais de Entrega, a cada Dia, uma Quantidade de Gás igual à Quantidade Diária Contratada (QDC) para o correspondente Dia.

6.8.2- Em caso de Falha no Fornecimento, a **TRANSPORTADORA** pagará à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, pela Quantidade Faltante (QF) uma penalidade apurada conforme item 6.9.1.

6.8.3- A determinação da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD), no Local de Entrega, far-se-á do seguinte modo:

(a) Quando se registrar no Local de Entrega, durante todo o Dia, pressões maiores ou iguais à Pressão de Entrega estabelecida no Anexo I e não houver restrições no fornecimento de Gás a pedido da **TRANSPORTADORA**, a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) será a maior entre (i) a Quantidade Diária Contratada (QDC) e (ii) a Quantidade Efetivamente Retirada (QER);

(b) Quando se registrar no Local de Entrega, em qualquer momento do Dia, pressões menores do que a Pressão de Entrega, estabelecida no Anexo I ou quando houver restrição no fornecimento de Gás por solicitação da **TRANSPORTADORA**, a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) será igual à Quantidade Efetivamente Retirada (QER);

6.8.4- Ressalvadas as situações de não entrega de Gás por Falha no Fornecimento ou ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** será capaz de receber no Local de Entrega uma Quantidade de Gás igual à Quantidade Diária Contratada (QDC), caso a rede de distribuição requiera essa demanda.



6.9. Quantidades insuficientes:

6.9.1- Caso haja Falha no Fornecimento de Gás em um dos Locais de Entrega, a **TRANSPORTADORA** pagará à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** uma penalidade diária, não recuperável, cujo valor será calculado pelas seguintes fórmulas:

$$QF = QDC - QDD$$

$$P_{FF} = QF \times TG$$

Onde:

QF = Quantidade Faltante de Gás em cada Dia, em m³, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.

QDC = Quantidade Diária Contratada para cada Local de Entrega, em m³.

QDD = Quantidade Diária Disponibilizada em cada Dia, em cada Local de Entrega, em m³.

P_{FF} = Penalidade por Falha no Fornecimento em cada Dia, em R\$.

TG = Tarifa do Gás do segmento industrial vigente na data de emissão do Documento de Cobrança, encontrada pela aplicação da política tarifária para o Gás Natural sobre a QDC, em R\$/m³.

6.10- Remuneração:

6.10.1- A **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** deverá remunerar à **TRANSPORTADORA** pelo serviço de transporte de Gás Natural um valor mensal equivalente à fórmula apresentada abaixo.

Remuneração Mensal = Vazão Média Mensal (VMM) x N_M x Preço do Serviço (PS), onde:

Vazão Média Mensal (VMM): vazão média de gás entregue dentro do mês, em cada Local de Entrega, em m³/dia

N_M: número de dias do mês

Preço do Serviço: conforme tabelas do item 6.10.2, de cada Local de Entrega, em R\$/m³

6.10.1.1 – Caso em algum mês a Vazão Média Mensal (VMM) fique em patamar abaixo da primeira faixa de vazão das Tabelas previstas no item 6.10.2, a remuneração da **TRANSPORTADORA** nesse mês será um valor equivalente à fórmula apresentada abaixo.

Remuneração Mensal = Valor Custo Fixo (VCF) + Valor Variável (VV) x Q, onde:

Valor Custo Fixo (VCF): valor definido nos subitens 1.1 e/ou 2.1 da Planilha de Preços Unitários (PPU), Anexo IV deste Contrato, em R\$;

Valor Variável (VV): valor definido nos subitens 1.2 e/ou 2.2 da Planilha de Preços Unitários (PPU), Anexo IV deste Contrato, em R\$/km;

Q: quantidade de quilômetros rodados pelos cavalos mecânicos da **TRANSPORTADORA** nesse mês, calculados pelo número de viagens realizadas multiplicado pelas distâncias entre a o Local de Retirada e o Local de Entrega, em Km.



6.10.2- O Preço do Serviço (PS), referenciado ao mês de janeiro de 2019, será conforme as tabelas abaixo:

6.10.2.1- Para o transporte de GNC no Local de Entrega da Estação de Descompressão de Linhares:

Faixas de vazão	Vazão de Referência - VR (mil m³/dia)	PS (R\$/m³) (sem impostos)
Faixa de vazão (6,01 - 7,0 mil m³/dia)	6,5	0,9520
Faixa de vazão (7,01 - 8,0 mil m³/dia)	7,5	0,8279
Faixa de vazão (8,01 - 9,0 mil m³/dia)	8,5	0,7330
Faixa de vazão (9,01 - 10,0 mil m³/dia)	9,5	0,6581
Faixa de vazão (10,01 - 11,0 mil m³/dia)	10,5	0,5974
Faixa de vazão (11,01 - 12,0 mil m³/dia)	11,5	0,5473
Faixa de vazão (12,01 - 13,0 mil m³/dia)	12,5	0,5053
Faixa de vazão (13,01 - 14,0 mil m³/dia)	13,5	0,4694
Faixa de vazão (14,01 - 15,0 mil m³/dia)	14,5	0,4385
Faixa de vazão (15,01 - 16,0 mil m³/dia)	15,5	0,4116
Faixa de vazão (16,01 - 17,0 mil m³/dia)	16,5	0,3879
Faixa de vazão (17,01 - 18,0 mil m³/dia)	17,5	0,3670
Faixa de vazão (18,01 - 19,0 mil m³/dia)	18,5	0,3483
Faixa de vazão (19,01 - 20,0 mil m³/dia)	19,5	0,3315
Faixa de vazão (20,01 - 21,0 mil m³/dia)	20,5	0,3164
Faixa de vazão (21,01 - 22,0 mil m³/dia)	21,5	0,3027
Faixa de vazão (22,01 - 23,0 mil m³/dia)	22,5	0,2902
Faixa de vazão (23,01 - 24,0 mil m³/dia)	23,5	0,2787
Faixa de vazão (24,01 - 25,0 mil m³/dia)	24,5	0,2682
Faixa de vazão (25,01 - 26,0 mil m³/dia)	25,5	0,2585
Faixa de vazão (26,01 - 27,0 mil m³/dia)	26,5	0,2496
Faixa de vazão (27,01 - 28,0 mil m³/dia)	27,5	0,2413
Faixa de vazão (28,01 - 29,0 mil m³/dia)	28,5	0,2336
Faixa de vazão (29,01 - 30,0 mil m³/dia)	29,5	0,2264
Faixa de vazão (30,01 - 31,0 mil m³/dia)	30,5	0,2196
Faixa de vazão (31,01 - 32,0 mil m³/dia)	31,5	0,2133
Faixa de vazão (32,01 - 33,0 mil m³/dia)	32,5	0,2074
Faixa de vazão (33,01 - 34,0 mil m³/dia)	33,5	0,2019
Faixa de vazão (34,01 - 35,0 mil m³/dia)	34,5	0,1966
Faixa de vazão (35,01 - 36,0 mil m³/dia)	35,5	0,1917
Faixa de vazão (36,01 - 37,0 mil m³/dia)	36,5	0,1870

6.10.2.1.1- Os valores do Preço do Serviço (PS) serão conforme o item 1 da Planilha de Preços Unitários (PPU), Anexo IV desse Contrato.



6.10.2.1.2- O Preço do Serviço (PS) e a Vazão Referência (VR) vão variar conforme a faixa de vazão, definida pela média de vazão de cada mês de gás entregue, medida pelo Conjunto de Medição da PETROBRAS DISTRIBUIDORA no Local de Entrega da Estação de Descompressão de Linhares:

6.10.2.1.3- Em caso de necessidade de mobilização ou desmobilização de equipamentos do Sistema de Transporte, conforme previsto no item 6.6.4 ou modificação das Condições de Fornecimento previstas no item 5, a tabela do item 6.10.2.1 deverá ser recalculada em todas as suas faixas e deverão ser alteradas as faixas de vazão para adequação do novo volume de gás que será entregue. Para a nova composição de custos que subsidiará o recálculo da tabela, deverão ser utilizados os seguintes valores de referência:

Valores de Referência			
Itens	Valor		Observação
Cavalo mecânico em regime 12h	25.472,16	R\$/mês	Prazo p/ mobilização: 90 dias Prazo p/desmobilização: 60 dias
Cavalo mecânico em regime 24h	25.472,16	R\$/mês	Prazo p/ mobilização: 90 dias Prazo p/desmobilização: 60 dias
Semi-reboque de GNC	17.159,64	R\$/mês	Prazo p/ mobilização: 90 dias Prazo p/desmobilização: 60 dias
Cavalo mecânico de backup	6.577,32	R\$/mês	Prazo p/ mobilização: 90 dias Prazo p/desmobilização: 30 dias
Mobilização e Desmobilização Equipamentos	12.152,34	R\$/unidade	
Outros	3.199,50	R\$/mês	
Administração Central	14.222,74	R\$/mês	
Margem de Lucro	32.340,00	R\$/mês	
Distância entre Local de Retirada e Local de Entrega	31,47	km	
Volume útil carreta (V _{útil})	5400	m³	
Valor variável - distância percorrida (V _v)	1,69	R\$/km	

6.10.2.1.4- Os valores de referência de cada item da tabela estabelecida no item 6.10.2.1.3 será conforme definido no item 1 da Planilha de Preços Unitários (PPU), Anexo IV desse Contrato.

6.10.2.1.5- O recálculo da tabela deverá seguir as seguintes diretrizes:

- Crescimento das faixas em degraus de volume de 1,0 mil m³/dia, tanto nas faixas de vazão, quanto na Vazão de Referência;

- Cálculo do PS deverá ser executado utilizando a Vazão de Referência (VR);

- Vazão de Referência é a média do valor da vazão inferior e superior da faixa de vazão;

- Para o cálculo dos novos PS, em cada faixa de vazão, será utilizada a seguinte fórmula:

$$PS = [\sum \text{Infra-Estrutura Logística} + (VR \times 1000/V_{\text{ÚTIL}}) \times (N_M \times 2D \times V_v)] / (VR \times 1000 \times N_M), \text{ onde:}$$

PS = Preço do Serviço, em R\$/m³

\sum Infra-Estrutura Logística = valor mensal do somatório dos custos dos equipamentos e serviços efetivamente utilizados, conforme tabela de Valores de Referência, em R\$/mês

VR = Vazão de Referência, em mil m³/dia



V_{UTIL} = Volume útil descarregado da carreta, em m^3

N_M = Número de dias do mês, igual a 30 para efeito de cálculo

D = Distância entre Local de Retirada e Local de Entrega, em Km

VV = Custo do Valor Variável em função da distância percorrida, em R\$/km

6.10.2.1.6- O recálculo da tabela deverá ser formalizado mediante Notificação mútua entre as Partes, manifestando expressamente a concordância com a nova tabela.

6.10.2.2- Para o transporte de GNC no Local de Entrega da Estação de Descompressão de Colatina e Posto Spinassé:

Faixas de vazão	Vazão de Referência - VR (mil m^3 /dia)	PS (R\$/ m^3) (sem impostos)
Faixa de vazão (1,51 – 2,0 mil m^3 /dia)	1,75	1,5754
Faixa de vazão (2,01 - 2,5 mil m^3 /dia)	2,25	1,2458
Faixa de vazão (2,51 - 3,0 mil m^3 /dia)	2,75	1,0360
Faixa de vazão (3,01 - 3,5 mil m^3 /dia)	3,25	0,8908
Faixa de vazão (3,51 - 4,0 mil m^3 /dia)	3,75	0,7843
Faixa de vazão (4,01 – 4,5 mil m^3 /dia)	4,25	0,7029
Faixa de vazão (4,51 - 5,0 mil m^3 /dia)	4,75	0,6386
Faixa de vazão (5,01 - 5,5 mil m^3 /dia)	5,25	0,5865
Faixa de vazão (5,51 - 6,0 mil m^3 /dia)	5,75	0,5435
Faixa de vazão (6,01 - 6,5 mil m^3 /dia)	6,25	0,5074
Faixa de vazão (6,51 - 7,0 mil m^3 /dia)	6,75	0,4767
Faixa de vazão (7,01 - 7,5 mil m^3 /dia)	7,25	0,4501
Faixa de vazão (7,51 - 8,0 mil m^3 /dia)	7,75	0,4270
Faixa de vazão (8,01 - 8,5 mil m^3 /dia)	8,25	0,4067

6.10.2.2.1- Os valores do Preço do Serviço (PS) serão conforme item 2 da Planilha de Preços Unitários (PPU), Anexo IV desse Contrato.

6.10.2.2.2- O Preço do Serviço (PS) e a Vazão Referência (VR) vão variar conforme a faixa de vazão, definida pela média de vazão de cada mês de gás entregue, medida pelo Conjunto de Medição da PETROBRAS DISTRIBUIDORA no Local de Entrega da Estação de Descompressão de Colatina e Posto Spinassé.

6.10.2.2.3- Em caso de necessidade de mobilização ou desmobilização de equipamentos do Sistema de Transporte, conforme previsto no item 6.6.4 ou modificação das Condições de Fornecimento previstas no item 5, a tabela do item 6.10.2.2 deverá ser recalculada em todas as suas faixas e deverão ser criadas novas faixas de vazão para adequação do novo volume de gás que será entregue. Para a nova composição de custos que subsidiará o recálculo da tabela, deverão ser utilizados os seguintes valores de referência:

Valores de Referência			
Itens	Valor		Observação
Cavalo mecânico em regime 12h	31.609,57	R\$/mês	Prazo p/ mobilização: 90 dias Prazo p/desmobilização: 60 dias



Cavalo mecânico em regime 24h	25.472,16	R\$/mês	Prazo p/ mobilização: 90 dias Prazo p/desmobilização: 60 dias
Semi-reboque de GNC	17.159,64	R\$/mês	Prazo p/ mobilização: 90 dias Prazo p/desmobilização: 60 dias
Outros	177,01	R\$/mês	
Administração Central	4.850,99	R\$/mês	
Margem de Lucro	7.102,38	R\$/mês	
Mobilização e Desmobilização Equipamentos	12.152,34	R\$/unidade	
Distância entre Local de Retirada e Local de Entrega	136,13	km	
Valor variável - distância percorrida (V _V)	1,69	R\$/km	

6.10.2.2.4- Os valores de referência de cada item da tabela estabelecida no item 6.10.2.2.3 será conforme definido no item 2 da Planilha de Preços Unitários (PPU), Anexo IV desse Contrato.

6.10.2.2.5- O recálculo da tabela deverá seguir as seguintes diretrizes:

- Crescimento das faixas em degraus de volume de 0,5 mil m³/dia, tanto nas faixas de vazão, quanto na Vazão de Referência;
- Cálculo do PS deverá ser executado utilizando a Vazão de Referência (VR);
- Vazão de Referência é a média do valor da vazão inferior e superior da faixa de vazão;
- Para o cálculo dos novos PS, em cada faixa de vazão, será utilizada a seguinte fórmula:

$$PS = [\sum \text{Infra-Estrutura Logística} + (VR \times 1000/V_{\text{UTIL}}) \times (N_M \times 2D \times V_V)] / (VR \times 1000 \times N_M), \text{ onde:}$$

PS = Preço do Serviço, em R\$/m³

\sum Infra-Estrutura Logística = valor mensal do somatório dos custos dos equipamentos e serviços efetivamente utilizados, conforme tabela de Valores de Referência, em R\$/mês

VR = Vazão de Referência, em mil m³/dia

V_{UTIL} = Volume útil descarregado da carreta, em m³

N_M = Número de dias do mês, igual a 30 para efeito de cálculo

D = Distância entre Local de Retirada e Local de Entrega, em Km

VV = Custo do Valor Variável em função da distância percorrida, em R\$/km

6.10.2.2.6- O recálculo da tabela deverá ser formalizado mediante Notificação mútua entre as Partes, manifestando expressamente a concordância com a nova tabela.

6.10.3 - O Preço do Serviço (PS) e a Vazão Referência (VR) vão variar conforme a faixa de vazão, definida pela média de vazão de cada mês de gás entregue, medida pelo Conjunto de Medição da PETROBRAS DISTRIBUIDORA no Local de Entrega da Estação de Descompressão.

6.10.4- O Preço do Serviço (PS) será atualizado anualmente, sempre em 1º de janeiro de cada ano, pela aplicação da seguinte fórmula:

Este documento foi assinado digitalmente por Jose Alcides Santoro Martins e Joao Carlos Gonchorosky. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código BFCF-DE17-0874-2360.



$$PS = PS_0 \times (IGP-DI / IGP-DI_0),$$

Onde:

PS = Preço do Serviço atualizado com Arredondamento na quarta casa decimal;

PS₀ = Preço do Serviço relativo a 1º de janeiro de 2019, conforme tabelas do item 6.10.2;

IGP-DI = valor definitivo do número-índice do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), referente ao segundo Mês anterior ao Mês de atualização;

IGP-DI₀ = valor definitivo desse mesmo índice de preços, referente ao Mês de novembro de 2018 (segundo Mês anterior a janeiro de 2020, Mês base do PS₀).

6.10.4.1- Os Valores de Referência das tabelas dos itens 6.10.2.1.3 e 6.10.2.2.3 serão atualizados utilizando-se os mesmos critérios da atualização do Preço do Serviço, conforme item 6.10.4 acima.

6.10.4.2- Havendo necessidade de inclusão de novo ponto de entrega, deverá ser criada planilha de preços e aprovada pelo CONTRATANTE.

6.11- Faturamento:

6.11.1- O transporte de GNC para o Local de Entrega da Estação de Descompressão de Linhares será faturado mensalmente, conforme metodologia definida no item 6.10.1 e 6.10.1.1, sendo o valor correspondente a cada nota fiscal pago pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** em moeda corrente do país, até 10 (dez) Dias corridos seguintes ao período em que se derem os faturamentos, através de depósito bancário em conta a ser informada pela **TRANSPORTADORA**.

6.11.2- Para o transporte de GNC para o Local de Entrega da Estação de Descompressão de Aracruz (Posto Spinassé) e Colatina a **TRANSPORTADORA** deverá emitir continuamente Notas Fiscais de Transporte (Conhecimentos de Transporte) que deverão acompanhar cada carreta de gás transportado. Essas Notas Fiscais deverão ser entregues à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** até 24h após a emissão, para registro fiscal e programação de pagamento.

6.11.2.1- As Notas Fiscais de Transporte serão emitidas utilizando-se: (i) o Preço do Serviço (PS) conforme a tabela do item 6.10.2; (ii) o volume útil de gás contido na carreta que será descarregado no Local de Entrega (V_{UTIL}); e (iii) prazo de pagamento de 30 (trinta) dias corridos.

6.11.2.2- Mensalmente será feita a comparação do somatório dos volumes e valores das Notas Fiscais de Transporte emitidas dentro de cada mês e o volume efetivamente entregue, medido no Conjunto de Medição do Local de Entrega da Estação de Descompressão de Aracruz (Posto Spinassé) e Colatina. As diferenças apresentadas deverão ser compensadas nos faturamentos do mês seguinte, utilizando a metodologia definida no item 6.10.1 e 6.10.1.1.

6.11.3- Os valores não pagos no vencimento estarão sujeitos a juros moratórios no valor de 1% (um por cento) ao Mês, calculados sobre o valor do Documento de Cobrança pro rata die, desde a data do vencimento até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de multa de 2% (dois por cento) e correção monetária calculada com base no IGP-DI.

6.11.4- Os Documentos de Cobrança emitidos decorrentes das penalidades estarão sujeitos aos mesmos prazos do item 6.11.1.



6.11.5- Para todos os efeitos legais derivados do Contrato, as Partes indicam, a seguir, os respectivos domicílios, únicos locais onde serão válidas para faturamento / pagamento das Notas fiscais e Conhecimentos de transporte, relacionadas ao Contrato:

(i) PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Av. Nossa Senhora da Penha, nº 1688, 2º andar, Barro Vermelho, CEP: 29.057-550, Vitória – ES /
CNPJ: 34.274.233/0053-25 / IE: 082.227.73-0

Tel.: (27) 3347-8907

(ii) CDGN LOGÍSTICA S/A.

Avenida Maracanã, 987, Torre 3, sala 601 a 608, Tijuca, Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20.511-000

Tel.: (21) 3043-4999

6.12- Caso Fortuito ou Força Maior:

6.12.1- Caracteriza-se como Caso Fortuito ou Força Maior, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que reúna, concomitantemente, os seguintes pressupostos:

(i) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da Parte Afetada;

(ii) a Parte Afetada, seus contratados, subcontratados, fornecedores, prepostos, representantes ou usuários não concorram direta ou indiretamente para a sua ocorrência;

(iii) a atuação da Parte Afetada, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e

(iv) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela Parte Afetada, de uma ou mais obrigações previstas neste Contrato.

6.12.2- Não se configuram como Caso Fortuito ou Força Maior os seguintes eventos:

(i) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, contratados ou subcontratados da Parte Afetada;

(ii) alteração das condições econômicas e financeiras da Parte Afetada, bem como a alteração das condições de mercado do Gás;

(iii) qualquer prejuízo acidental, quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à Parte Afetada, seus contratados, subcontratados, fornecedores e transportadores de Gás ou usuários, exceto se decorrente diretamente da ocorrência do evento de Caso Fortuito ou Força Maior;

6.12.3- Nenhum evento de Caso Fortuito ou Força Maior eximirá as Partes de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de Caso Fortuito ou Força Maior, em especial as obrigações de pagar importâncias em dinheiro devidas conforme o Contrato.





6.12.4- Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como Caso Fortuito ou Força Maior, deverão ser adotadas pela Parte Afetada, as seguintes medidas:

(a) informar, imediatamente, sobre a ocorrência do evento e enviar Notificação à outra Parte, tão logo quanto possível, apresentando as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações, e as possíveis ações que serão tomadas, pela Parte Afetada, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento;

(b) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do Contrato o mais brevemente possível;

(c) manter a outra Parte informada a respeito de suas ações, e de seu plano de ação de acordo com o item 6.12.4 (b);

(d) prontamente enviar Notificação à outra Parte da cessação do evento e de suas consequências;

(e) permitir à outra Parte, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da Parte que deseje inspecionar; e

(f) complementar posteriormente a informação de que trata o item 6.12.4 (a) com a comprovação da ocorrência do evento de Caso Fortuito ou Força Maior, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da Parte Afetada.

6.12.4.1- Caso a Notificação de que trata o item 6.12.4 (a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das Partes em decorrência de evento de Caso Fortuito ou Força Maior se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

6.12.4.2- Na hipótese de a Notificação ser enviada após o prazo previsto no item 6.12.4.1, os efeitos do evento de Caso Fortuito ou Força Maior somente se produzirão a partir da data de envio da Notificação.

6.12.4.3- Com relação ao item 6.12.4 (b) acima, a Parte Afetada não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

6.12.5- Com a ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, a Parte Afetada estará dispensada do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento de Caso Fortuito ou Força Maior, bem como exonerada de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao evento de Caso Fortuito ou Força Maior.

6.12.6- Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento como Caso Fortuito ou Força Maior, qualquer das Partes poderá submetê-la à decisão judicial, sendo que, enquanto perdurar a controvérsia, o evento de Caso Fortuito ou Força Maior produzirá seus efeitos sobre as obrigações do Contrato.

6.12.6.1- Enquanto perdurar a controvérsia supracitada, desde que o evento de Caso Fortuito ou Força Maior tenha sido sanado, o fornecimento de Gás objeto do Contrato deverá ser mantido conforme programação.



6.12.6.2- Caso a sentença judicial determine que não ocorreu Caso Fortuito ou Força Maior, ou a Parte que alegou mude seu entendimento, a Parte que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no Contrato devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento de Caso Fortuito ou Força Maior. Sobre qualquer valor considerado devido incidirá atualização monetária pelo IGP-M, no período compreendido entre a data em que deveriam ter sido pagas originalmente e a data de seu efetivo pagamento, salvo se estabelecido de maneira diversa pela sentença judicial.

6.13- Cessão:

6.13.1- Este Contrato não poderá ser cedido sem a expressa concordância da outra Parte, exceto no caso de cessão para empresas que sejam controladas, controladora ou sob o controle comum de qualquer das Partes.

6.14- Rescisão Contratual:

6.14.1- As Partes poderão rescindir o presente Contrato de pleno direito, nas seguintes hipóteses:

6.14.1.1- Pedido ou proposição de recuperação judicial ou extrajudicial, requerimento, decretação ou homologação de falência, convolação de recuperação judicial em falência;

6.14.1.2- Transferência parcial ou total, a terceiros, sem autorização da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, dos direitos e obrigações que são atribuídos neste Contrato à **TRANSPORTADORA**, e vice-versa;

6.14.1.3- Término ou rescisão do Contrato de Concessão para distribuição e comercialização de Gás Natural entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, ou sua sucessora, como concessionária do Estado do Espírito Santo.

6.14.2- O descumprimento de qualquer obrigação oriunda deste Contrato, por um prazo de 30 (trinta) Dias consecutivos será considerado uma Violação Relevante. A Parte prejudicada pela Violação Relevante poderá notificar a Parte responsável para que sane a Violação Relevante em 30 (trinta) Dias, a contar do recebimento da Notificação. Na hipótese de não ser sanada a Violação Relevante no prazo aqui estabelecido, a Parte prejudicada poderá dar este Contrato por rescindido mediante o envio de Notificação escrita a Parte responsável, que ficará obrigada ao pagamento de perdas e danos.

6.14.3- Havendo a necessidade de alguma providência que não possa esperar os 30 (trinta) dias previstos na cláusula 6.14.2, a Parte interessada deverá notificar a Parte responsável para que busque sanar a Violação Relevante em menor prazo, apresentando as razões de sua urgência. A Parte responsável envidará os melhores esforços para tentar sanar a Violação Relevante no prazo solicitado.

6.15- Novação:

6.15.1- Toda e qualquer tolerância quanto ao cumprimento pelas Partes das condições estabelecidas no presente Contrato não implicará em novação das disposições ora pactuadas nem em renúncia do exercício de qualquer direito previsto neste Contrato, ficando ainda estabelecido que este Contrato somente poderá ser alterado mediante Aditivo assinado pelas Partes.

6.16- Legislação Superveniente:

6.16.1- As Partes comprometem-se a observar as disposições constantes do Contrato de Concessão, da Resolução ASPE 05/2007 de 30/07/2007, da Resolução ASPE 08/2007 de 27/12/2007, legislação superveniente da ARSP ou do Poder Concedente e demais normas aplicáveis.



6.17 - Necessidade de Aprovação pela ARSP:

6.17.1- De acordo como artigo 3º, da Resolução ASPE 08/2007, de 27/12/2007, a vigência dos contratos de transporte de Gás com volume contratado médio mensal igual ou superior a 50.000 m³, está condicionada à prévia e expressa aprovação pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Espírito Santo - ARSP.

6.18- Sigilo e Confidencialidade:

6.18.1- As Partes obrigam-se, pelo prazo de duração do Contrato e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 10 (dez) anos após o término do mesmo, a manter sob sigilo o Contrato, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do Contrato, que lhe forem transmitidas pela outra Parte, ou obtidas em razão deste.

6.18.1.1- As Partes, para fins de sigilo, obrigam-se por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos, a qualquer título, e comitentes.

6.18.2- O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará, em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos.

6.18.3- Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

(a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal;

(b) ter havido prévia e expressa anuência da outra Parte, mediante autorização da Parte anuente, responsável pelo Contrato, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade;

(c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente Contrato; e

(d) determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão regulador, e desde que requerido segredo no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a Parte que divulgou a informação dar ciência à outra Parte.

6.19- Domicílio e Notificação:

6.19.1- Para todos os efeitos legais derivados do Contrato, as Partes indicam, a seguir, os respectivos domicílios, únicos locais onde serão válidas todas as Notificações, efetuadas por escrito, relacionadas ao Contrato:

(i) PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Av. Nossa Senhora da Penha, nº 1688, 2º andar, Barro Vermelho, CEP: 29.057-550, Vitória - ES

Tel.: (27) 3347-8907

(ii) CDGN LOGÍSTICA S/A.

Av. Maracanã 987, Centro Empresarial Shopping Tijuca, Torre 3, Sl. 601 a 602
CEP: 20511-000

Tel.: (21) 3043-4999



6.19.1.1- Serão válidas como Notificação quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma Parte à outra, desde que realizadas entre as centrais operacionais das Partes, conforme a seguir:

(i) PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Av. Nossa Senhora da Penha, nº 1688, 2º andar, Barro Vermelho, CEP: 29.057-550, Vitória - ES

Tel.: (27) 3347-8907

E-mail:

- Operação: ronaldm@br-petrobras.com.br

- Programação: jsimoes@br-petrobras.com.br

(ii) CDGN LOGÍSTICA S/A.

Av. Maracanã 987, Centro Empresarial Shopping Tijuca, Torre 3, Sl. 601 a 602
CEP: 20511-000

E-mail:

- Operação: andre.agrizzi@cdgn.com.br

- Programação: centraldeoperacoes@cdgn.com.br

6.19.2- Qualquer uma das Partes terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante Notificação transmitida à outra.

6.19.3- Qualquer Notificação será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no Contrato de forma diversa.

6.20- Cláusula Ambiental:

6.20.1- As Partes se responsabilizam pelo cumprimento das leis e regulamentos pertinentes à proteção do meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades e manutenção de suas instalações, devendo adotar, ainda, as medidas e procedimentos cabíveis, a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente que possa ser causado pelas atividades que desenvolve, ainda que contratadas ou delegadas a terceiros.

6.20.1.1- A responsabilidade de licença ambiental da **TRANSPORTADORA** restringe-se ao transporte de gás natural comprimido, objeto desse contrato.

6.20.2- Não exclui ou diminui a responsabilidade da **TRANSPORTADORA** o fato da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** auxiliá-lo, de qualquer forma, na obtenção e manutenção dos documentos exigidos para o desenvolvimento das atividades daquela.



6.20.3- A **TRANSPORTADORA** é responsável por todo e qualquer dano ao meio ambiente que tenha dado causa, devendo neste caso, manter a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** a salvo de todos e quaisquer ônus, riscos, prejuízos ou despesas decorrentes de eventuais danos ambientais ou autuações/sanções decorrentes do descumprimento das leis e normas que regulamentam o meio ambiente, seja perante órgãos ou entes de direito público, seja perante particulares ou entidades de natureza privada, reparando direta ou regressivamente todos os danos, prejuízos e/ou despesas causados pela **TRANSPORTADORA** e, eventualmente, imputadas, direta ou indiretamente, à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**.

6.20.4- Em ocorrendo quaisquer danos ao meio ambiente, relacionados ao presente Contrato, em razão de atos praticados pela **TRANSPORTADORA**, este se obriga a comunicar imediatamente às autoridades competentes, bem como a realizar todas as medidas no sentido de reparar e minimizar os danos e impactos ambientais. A **TRANSPORTADORA** também se compromete a comunicar à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, imediatamente e de forma eficaz os referidos danos, bem como as notificações, citações e autos de infração que receber, sem que este fato implique em assunção de qualquer responsabilidade por parte da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**.

6.20.5- Caso a **TRANSPORTADORA** viole quaisquer das disposições desta Cláusula, a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** poderá, a seu critério, rescindir ou suspender o presente Contrato, parando de imediato os serviços correlatos até que a **TRANSPORTADORA** adote as medidas necessárias a suprir sua falta.

6.21- Responsabilidade Social:

6.21.1- A **TRANSPORTADORA** se compromete a não utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão-de-obra infantil, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição da República vigente, bem como envidar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

6.21.2- A **TRANSPORTADORA** se compromete a não utilizar mão-de-obra em condições de trabalho degradante, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, sob pena de suspensão contratual e aplicação de penalidades moratórias e rescisórias previstas no presente instrumento.

6.21.3- As Partes não poderão promover no recrutamento e na contratação da sua força de trabalho qualquer discriminação, seja em virtude de raça/etnia, cor, idade, sexo, estado civil e de posição política, ideológica, filosófica e/ou religiosa, ou por qualquer outro motivo, sob pena de extinção do Contrato, independentemente das penalidades que lhe forem aplicáveis.

6.21.4- As Partes envidarão os maiores esforços para: (i) promover a diversidade humana e cultural; (ii) combater a discriminação de qualquer natureza, (iii) contribuir para o desenvolvimento sustentável, para a redução da desigualdade social e (iv) estimular a equidade de gênero e étnico-racial.

6.21.5- A **TRANSPORTADORA** não poderá manter, durante a execução do contrato, administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da BR detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o contrato; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

6.21.5.1- O descumprimento da obrigação acima acarretará multa ou rescisão contratual.



6.21.6- A **TRANSPORTADORA** não poderá utilizar, na execução dos serviços, objeto deste Contrato, profissional que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de empregado da BR detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o contrato; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

2.21.6.1- O descumprimento da obrigação acima acarretará multa ou rescisão contratual.

6.22- Das Incidências Fiscais:

6.22.1- Os tributos (impostos, taxas, empréstimos compulsórios e contribuições sociais ou de melhoria) que sejam devidos em decorrência direta deste Contrato ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.

6.22.2- A **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, quando fonte retentora, deve descontar e recolher, nos prazos da lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente. Em caso de obtenção, pela **TRANSPORTADORA**, de decisão judicial determinando que não seja efetuada a retenção e/ou recolhimento de tributo de qualquer natureza, a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** só dará cumprimento à ordem após ser intimada em caráter oficial pelo Poder Judiciário.

6.22.3- A **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, sempre que designada pela legislação tributária como responsável solidária pelo recolhimento de tributos e contribuições de qualquer espécie, poderá exigir da **TRANSPORTADORA** os respectivos comprovantes de recolhimento, sendo-lhe facultado, em caso de recusa, suspender o pagamento das parcelas subsequentes, até que seja atendida a exigência.

6.22.4- Uma vez apurado, no curso da contratação, que a **TRANSPORTADORA** acresceu indevidamente, a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e parafiscais e emolumentos de qualquer natureza, incidentes ou não incidentes sobre o fornecimento ou a execução dos serviços contratados ou deixou de fazer deduções tributárias autorizadas por lei, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** dos valores porventura pagos à **TRANSPORTADORA**.

6.22.5- Ocorrendo a criação de novos tributos, alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, durante o prazo contratual, que venham a majorar comprovadamente o ônus da **TRANSPORTADORA**, o preço originariamente acordado será aumentado proporcionalmente à majoração ocorrida.

6.22.6- No mesmo sentido, se durante o prazo de vigência do Contrato ocorrer a extinção de tributos existentes, a alteração de alíquotas ou de base de cálculo, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou isenção ou redução de tributos federais, estaduais e/ou municipais, que venham a diminuir o ônus da **TRANSPORTADORA**, o preço originariamente acordado será diminuído, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

6.22.7- A **TRANSPORTADORA** ressarcirá à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** os valores pagos a título de tributos, atualizados monetariamente desde a data dos efetivos pagamentos até a data da efetiva devolução, nas seguintes hipóteses:

6.22.7.1- Reconhecimento de ilegalidade ou inconstitucionalidade, total ou parcial, da cobrança de tributo, em processo administrativo ou judicial em que a **TRANSPORTADORA** seja parte.



6.22.7.2- Declaração judicial de ilegalidade ou inconstitucionalidade do tributo, total ou parcial, proferida em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em matérias que sejam objeto de ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovada pelo Ministro de Estado de Fazenda, autorizando a não interpor recurso ou a desistir de recurso que tenha sido interposto.

6.22.7.3- Declaração judicial de inconstitucionalidade do tributo, total ou parcial, proferida em decisão definitiva do STF, que seja objeto de súmula vinculante, proferida em sede de controle abstrato de constitucionalidade ou, se proferida em sede de controle concreto de constitucionalidade, seja submetida ao procedimento a que alude o art. 52, X, da Constituição da República.

6.23- Cláusula de Conformidade:

6.23.1- Em relação às operações, atividades e serviços previstos neste Contrato, a **TRANSPORTADORA**:

6.23.1.1- Declara que não realizou, não ofereceu nem autorizou, direta ou indiretamente, bem como se compromete a não realizar, não oferecer nem autorizar, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, presente, entretenimento, viagem, promessa ou outra vantagem para o uso ou benefício, direto ou indireto, de qualquer autoridade ou funcionário público, conforme definido no art. 327, caput, § 1º e 2º, do Código Penal Brasileiro, qualquer indivíduo ou entidade, nacional ou estrangeiro, pertencentes ou não à administração pública, nacional ou estrangeira, ou a elas relacionadas, inclusive partido político, membro de partido político, candidato a cargo eletivo, quando tal pagamento, oferta ou promessa de presente, entretenimento ou viagem, ou qualquer outra vantagem, constituírem um ilícito previsto nas leis brasileiras.

6.23.2- Informará imediatamente à **PETROBRAS DISTRIBUIDORA** sobre a instauração e andamento de qualquer investigação ou processo administrativo ou judicial para apuração de prática dos atos ilícitos descritos no item acima, imputados à **TRANSPORTADORA** ou às suas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum, seus respectivos administradores, prepostos, empregados, representantes e terceiros a seu serviço, referentes a operações, atividades e serviços previstos neste Contrato.

6.23.3- Declara que informou a seus administradores, prepostos, representantes, empregados e terceiros a seu serviço, bem como aos de suas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum, de seu compromisso em relação ao disposto nesta cláusula, bem como tomou medidas para que os mesmos se comprometam a não praticar condutas ou omissões que possam resultar em responsabilidade para a **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**.

6.23.4- Responsabiliza-se pelos atos praticados em descumprimento ao disposto nesta cláusula, por si e suas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum, seus respectivos administradores, prepostos, empregados, representantes e terceiros a seu serviço, no que se referem às operações, atividades e serviços previstos neste Contrato.

6.23.5- Fornecerá declaração, sempre que solicitado pela **PETROBRAS DISTRIBUIDORA**, no sentido de que vem cumprindo com o estabelecido nesta cláusula.

6.24- Valor do Contrato

6.24.1- A partir da celebração do presente instrumento, o valor estimado do Contrato é de R\$ 8.603.328,43 (Oito milhões seiscentos e três mil, trezentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos), coincidente com o valor global da Planilha de Preços Unitários, Anexo IV desse Contrato, sendo reajustado conforme previsto no item 6.10.4.

6.25- Foro

6.25.1- As partes, de comum acordo, elegem o foro da cidade de Vitória para dirimir toda e qualquer dúvida ou questão decorrente deste instrumento, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

6.26- Anexos

6.26.1- Fazem Parte deste Contrato como Anexos:

Anexo I – Especificações Técnicas

Anexo II – Requisitos de SMS para o transporte rodoviário

Anexo III – Especificações Técnicas – Semi-reboque veicular

Anexo IV – Planilha de Preços Unitários

6.27- Conformidade das Partes:

6.27.1- Ambas as Partes contratantes expressam a sua conformidade com o teor integral do presente Contrato, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, em fé do que são firmadas 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 06/08/2019.

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.


Aurélio Antonio de Souza
Gerente de Logística

CDGN LOGÍSTICA S.A.




Luiz Felipe Carpenter Pereira
Diretor




Luciano Vilas Boas Junior
Diretor

Luciano Vilas Boas Junior
CDGN Logística S.A.

TESTEMUNHAS


Nome: GUSTAVO VIEIRA MACEDO
CPF: 000848657-33


Nome: FERNANDO LUCAS PINTO
CPF: 663.982.546-20

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AG719378
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE
AURELIO ANTONIO DE SOUZA.

Valor total: 7,91

Rio de Janeiro, 10/12/2019. MARCELO SALES SANTOS

Selo: EDH059116-VQA

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

24º OFÍCIO DE NOTAS
Marcelo Sales Santos
Escritório Autorizado
2624-0873 / 3553-6096
7707-7775

RECONHECIMENTO DE FIRMA

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AG729187
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE
LUIZ FELIPE CARPENTER PEREIRA LUCIANO VILAS BOAS JUNIOR.....

Valor total: 15,82

Rio de Janeiro, 28/10/2019. DOUGLAS AMÉRICO SILVA


CHAGAS

Selo: EDGC56796-YKB e EDGC56797-YKB

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

24º SERVIÇO NOTARIAL
Douglas Américo Silva Chagas
Escritório Substituto
Max 91-10218

RECONHECIMENTO DE FIRMA

 PETROBRAS	<p>Este documento foi assinado digitalmente por Jose Alcides Santoro Martins e Joao Carlos Gonchorosky. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BFCF-DE17-0874-2360.</p> <p>ANEXO I ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p>	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

1. OBJETIVO

Este memorial tem por objetivo descrever as especificações técnicas do sistema de compressão, transporte e descompressão de GNC (gás natural comprimido) para entrega nos Municípios de Aracruz (Posto Spinassé), Colatina e Linhares.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Características do Gás Natural

Como referência para cálculos e especificações utilizar as características conforme Regulamento Técnico ANP constante da Resolução ANP Nº 16 de 17/06/2008.

2.2. Gás Natural Comprimido (GNC)

Gás natural processado e condicionado para o transporte em reservatórios, à temperatura ambiente e pressão próxima à condição de mínimo fator de compressibilidade, para fins de transporte deste produto.

2.3. Módulos de armazenagem e transporte de GNC

São semi-reboques com feixes de cilindros horizontais ou verticais, rebocados por cavalos mecânicos para armazenagem do GNC, transporte e entrega nas estações de descompressão.

2.4. Estação de Compressão de Linhares

Conjunto de instalações fixas que comprime o gás natural, disponibilizando-o para carregamento/enchimento dos módulos de armazenagem e transporte de GNC. A Estação de Compressão está localizada no município de Linhares com coordenadas na projeção UTM, Datum SIRGAS 2000 Fuso 24 S, N=7.829.085 N e E=404.548. Fotos da Estação de Compressão de Linhares são mostradas no Anexo IB.

2.5. Estação de Descompressão de Linhares

Conjunto de equipamentos, dotado de mangueiras de alta pressão, válvulas, aquecedores, skid de descompressão e sistema de medição com o objetivo de descomprimir o GNC para injeção na rede de distribuição de gás natural canalizado. A Estação está localizada no município de Linhares com coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator), Datum Sirgas 2000 fuso 24 sul, E=384389,51 e N=7846611,84.

Nas estações de descompressão de GNC haverá espaço para manobrar e estacionar as carretas de ré, seguindo os requisitos da norma ABNT NBR 15600 e possuirá instalações contra choques (Bate Rodas). O terreno terá compactação suficiente para suportar o peso das carretas.

<div> <div> <div>BR</div> <div>PETROBRAS</div> </div> <div> <div>ANEXO I</div> <div>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</div> </div> </div>	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

2.6. Estação de Descompressão de Colatina

Conjunto de equipamentos, dotado de mangueiras de alta pressão, válvulas, conexões, skid de descompressão e sistema de medição com o objetivo de descomprimir o GNC para injeção na rede de distribuição de gás natural canalizado. A Estação está localizada no município de Colatina, anexa ao posto Motocap II com coordenadas UTM, Datum Sirgas 2000 Fuso 24 sul, E=325384,08 e N=7843615,02.

Na Estação de Descompressão de GNC haverá espaço para manobrar e estacionar as carretas de ré, seguindo os requisitos da norma ABNT NBR 15600 e possuirá instalações contra choques (Bate Rodas). O terreno terá compactação suficiente para suportar o peso das carretas.

2.7. Estação de Descompressão do Posto Spinassé

Conjunto de equipamentos, dotado de mangueiras de alta pressão, tubulações e conexões, painel de descompressão e conjunto de regulagem e medição com o objetivo de descomprimir o GNC para alimentar um compressor e permitir o abastecimento de veículos via GNC. A Estação está localizada no município de Aracruz, no posto Spinassé, com coordenadas UTM, Datum Sirgas 2000 Fuso 24 sul, E=386286,49 e N=7801782,09.

Na Estação de Descompressão de GNC haverá espaço para manobrar e estacionar as carretas de ré, seguindo os requisitos da norma ABNT NBR 15600 e possuirá instalações contra choques (Bate Rodas). O terreno terá compactação suficiente para suportar o peso das carretas.


3. DADOS BÁSICOS

3.1. Descrição sucinta dos serviços

O serviço de transporte de GNC é constituído das seguintes etapas:

- Carregamento dos módulos de armazenagem (semi-reboques) na Estação de Compressão de Linhares;
- Transporte de GNC até a entrega nas Estações de Descompressão em Linhares, e/ou Colatina, e/ou Posto Spinassé;
- Retorno do cavalo mecânico para a Estação de Compressão.

Os motoristas da empresa transportadora serão responsáveis pela operação de acoplamento e desacoplamento do módulo de armazenamento nas Estações de Descompressão. O procedimento para acoplamento e desacoplamento deverá ser realizado conforme Anexo IA.

 PETROBRAS	ANEXO I ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

3.2. Período de operação

O período de operação de carregamento, transporte e entrega do GNC será contínuo, ou seja, sete dias por semana e vinte e quatro horas por dia, durante o período de vigência do contrato.

3.3. Dados operacionais

3.3.1. Distâncias Rodoviárias

Carregamento	Descarregamento	Distância Rodoviária Pavimentada	Distância Rodoviária Não Pavimentada
Estação Compressão de Linhares	Estação Descompressão de Linhares	15,08 km	16,39 km
Estação Compressão de Linhares	Estação Descompressão de Colatina	119,74 km	16,39 km
Estação Compressão de Linhares	Estação de Descompressão do Posto Spinassé via BR-101	77 km	16,39 km
Estação Compressão de Linhares	Estação de Descompressão do Posto Spinassé via ES-010	16,2 km	20 km


3.3.2. Estação de Compressão de Linhares

Número de Baías para Carregamento	3 baías
Pressão Máxima de Compressão	250 kgf/cm ²
Número de compressores	3 (2 em operação e 1 de back-up)
Vazão útil de Compressão	48.000 m ³ /dia

A Estação de Compressão de Linhares possui sistema de pré-carregamento das carretas, que consiste em enchimento dos cilindros até que se atinja a pressão de operação do gasoduto da Petrobras Distribuidora (BR), em torno de 90 kgf/cm². A vazão de pré-carregamento é de aproximadamente 3.000 m³/h e o tempo de enchimento das carretas varia de 30 a 40 minutos. Durante esse pré-carregamento, os conjuntos moto-compressores não são acionados.

3.3.3. Estação de Descompressão de Linhares

Pressão regulada na descompressão	15 kgf/cm ²
Pressão mínima do gás no semi-reboque para descompressão para a rede de distribuição de Linhares (Pressão de Entrega)	20 kgf/cm ²

 PETROBRAS	ANEXO I ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

Número de baias para descarregamento	2
Vazão máxima de consumo de gás	37 mil m³/dia

A TRANSPORTADORA deverá dimensionar a sua frota para atender a vazão máxima de consumo de gás.

Devido ao efeito da temperatura, a pressão do gás presente nos semi-reboques pode aumentar. A pressão máxima do gás presente nos semi-reboques na estação de descompressão deve ser de 254 kgf/cm².

3.3.4. Estação de Descompressão de Colatina

Pressão regulada na descompressão	4 kgf/cm²
Pressão mínima do gás no semi-reboque para descompressão para a rede de distribuição de Colatina (Pressão de Entrega)	8 kgf/cm²
Pressão mínima do gás no semi-reboque para entrega ao Posto de GNV existente no local (Pressão de Entrega)	35 kgf/cm²
Número de baias para descarregamento	2
Vazão máxima de consumo de gás:	8,5 mil m³/dia

Devido ao efeito da temperatura, a pressão do gás presente nos semi-reboques pode aumentar. A pressão máxima do gás presente nos semi-reboques na estação deve ser de 254 kgf/cm² devido ao set-point da válvula de alívio de pressão (PSV) que protege o filtro da estação.


A TRANSPORTADORA deverá dimensionar a sua frota para atender a vazão máxima de consumo de gás.

Na Estação de Descompressão de Colatina existem dois módulos de estocagem de GNC, que são enchidos logo que o semi-reboque é conectado. A função dos módulos é suprir a necessidade do Posto de GNV existente no local quando a pressão do veículo de GNC da TRANSPORTADORA estiver com pressão entre 35 kgf/cm² (pressão mínima de recebimento de gás pelo Posto) e 8 kgf/cm², com as seguintes características.

Quantidade de cilindros em cada módulo	11
Volume hidráulico de cada cilindro (l)	100

Nos dias em que o consumo da rede de distribuição de Colatina estiver baixo, normalmente nos finais de semana, a TRANSPORTADORA deverá prever a troca do semi-reboque por outro cheio quando o volume dos módulos de estocagem

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código BFCF-DE17-0874-2360.

	<p align="center">ANEXO I ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p>	
<p align="center">SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO</p>		<p align="center">REV 0</p>

chegarem à pressão de 35 kgf/cm², independente se a pressão disponível no semi-reboque que estiver abastecendo tiver chegado a 8 kgf/cm².

Para o transporte de GNC para Colatina a empresa deverá considerar a utilização de um semi-reboque de GNC de propriedade da PETROBRAS DISTRIBUIDORA, cujas principais características seguem abaixo:

Modelo	TWM-21GNC
Capacidade de armazenagem	6235 Nm ³ (250 bar e 21°C)
Peso total vazio	33750 kg
Peso total cheio	38050 kg
Quantidade de cilindros	161
Dimensões cilindros (comprimento x diâmetro externo x espessura nominal)	1690 mm x 340 mm x 9,53 mm
Dimensões semi-reboque (comprimento x largura x altura)	9100 mm x 2600 mm x 3590 mm

As manutenções preventivas e corretivas do semi-reboque da PETROBRAS DISTRIBUIDORA, conforme recomendações do fabricante serão realizadas pela TRANSPORTADORA e deverão seguir as recomendações das normas técnicas vigentes.


3.3.5. Estação de Descompressão do Posto Spinassé

Pressão regulada no Painel de Descompressão	30 kgf/cm ²
Pressão regulada no CRM do posto	22 kgf/cm ²
Pressão mínima do gás no semi-reboque para descompressão (Pressão de Entrega)	40 kgf/cm ²
Número de pontos para descarregamento	1
Vazão média de consumo de gás	1 mil m ³ /dia (Nota 1)

Nota 1: A vazão informada no item 3.3.4 engloba a vazão informada no item 3.3.5.

A TRANSPORTADORA deverá dimensionar a sua frota para atender a vazão máxima de consumo de gás.

O GNC será descomprimido através da instalação de um Painel de Descompressão modelo White Martins PRP 800 sendo que a instalação do Painel e interligação com o semi-reboque serão de responsabilidade da BR.

 PETROBRAS	ANEXO I ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

4. ANEXOS

Anexo IA - Instrução manuseio de engates.

Anexo IB - Fotos da Estação de Compressão de Linhares.



ANEXO IA - INSTRUÇÃO

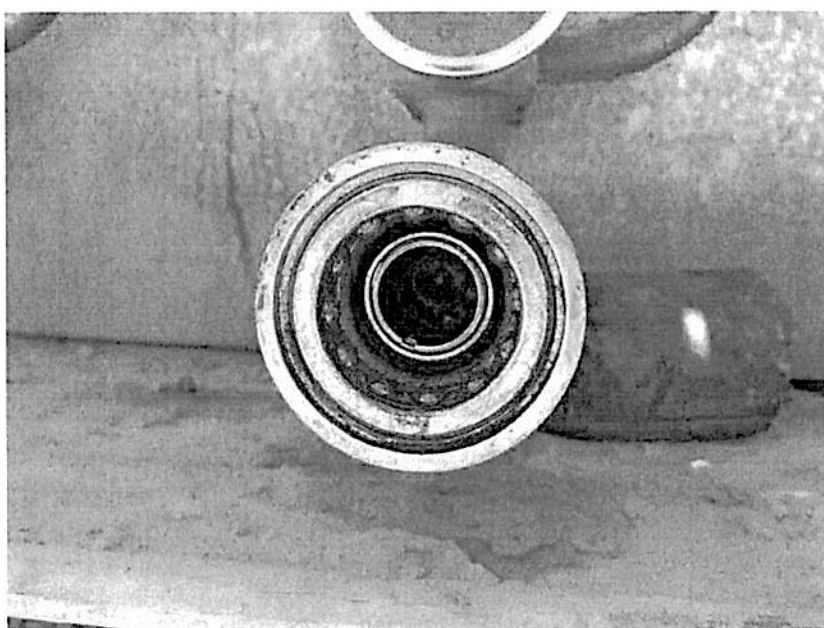
MANUSEIO DE ENGATES

1. Fixar o cabo de segurança do mangote na estrutura da carreta-feixe

Engate do mangote (Macho)

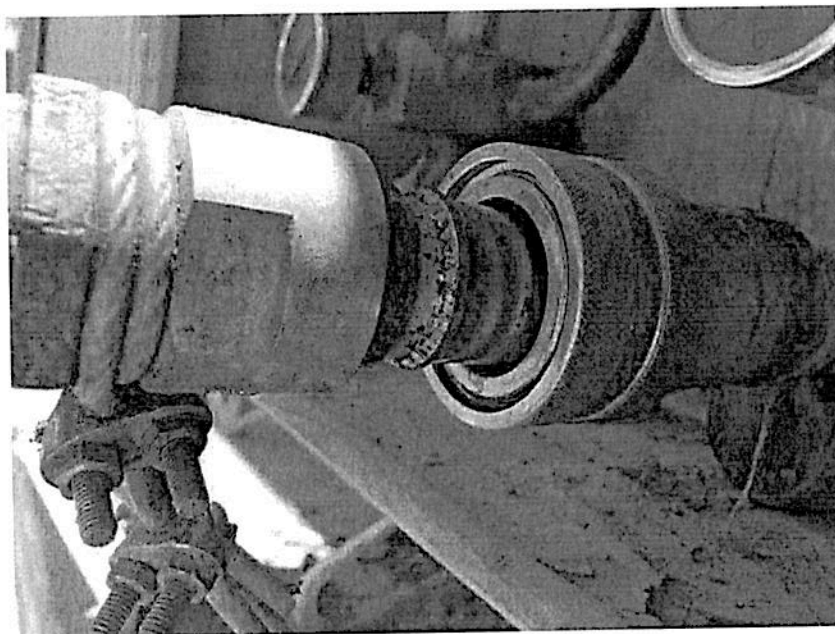


Engate do painel da carreta (Fêmea)

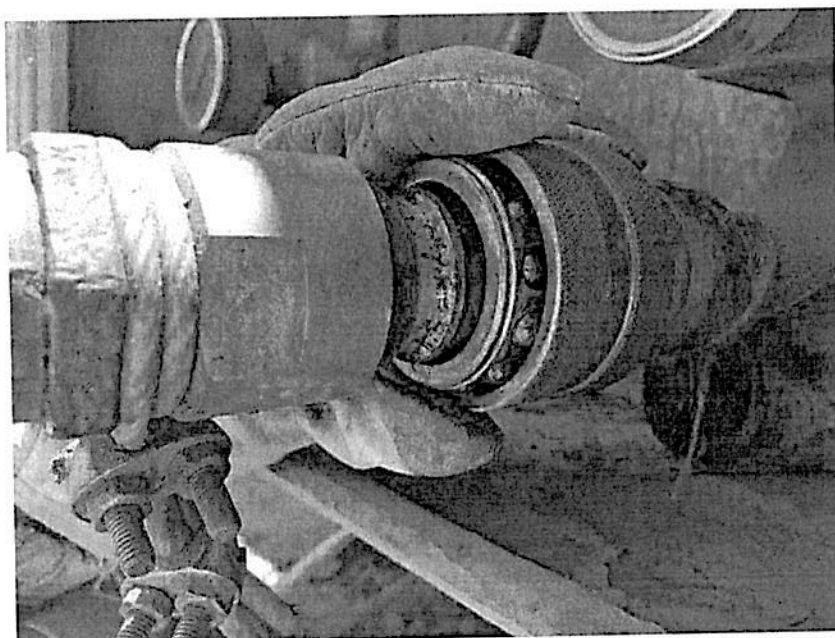




2. Posicionar o engate do mangote próximo ao engate da carreta-feixe.

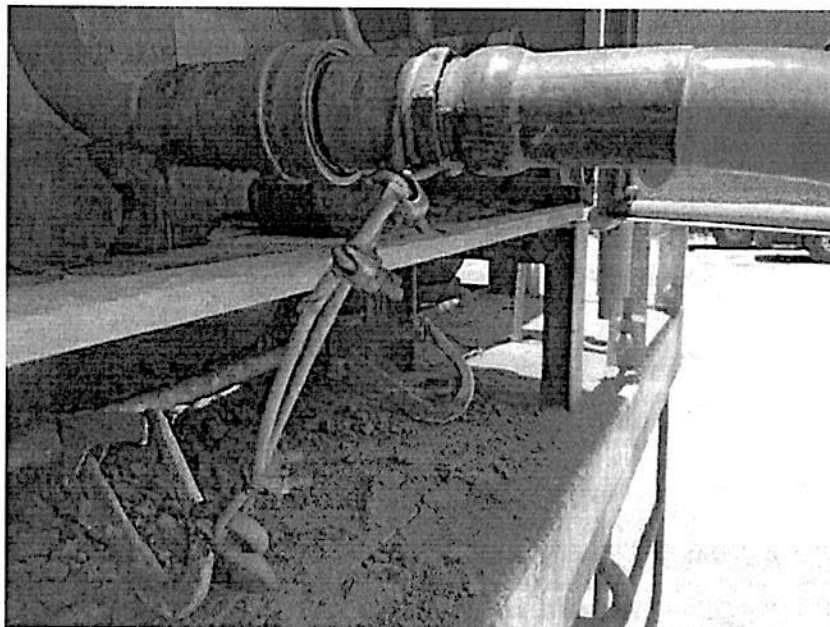


3. Destravar o engate da carreta e Pressionar o engate do mangote contra o engate da carreta

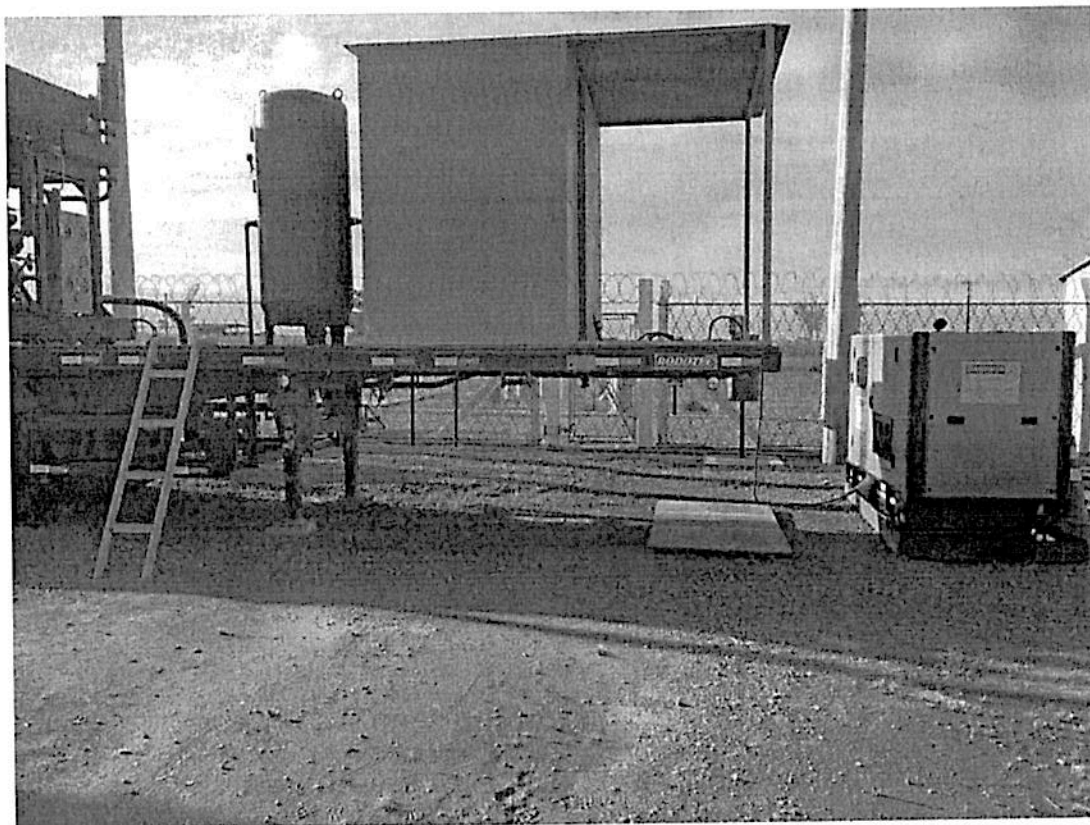


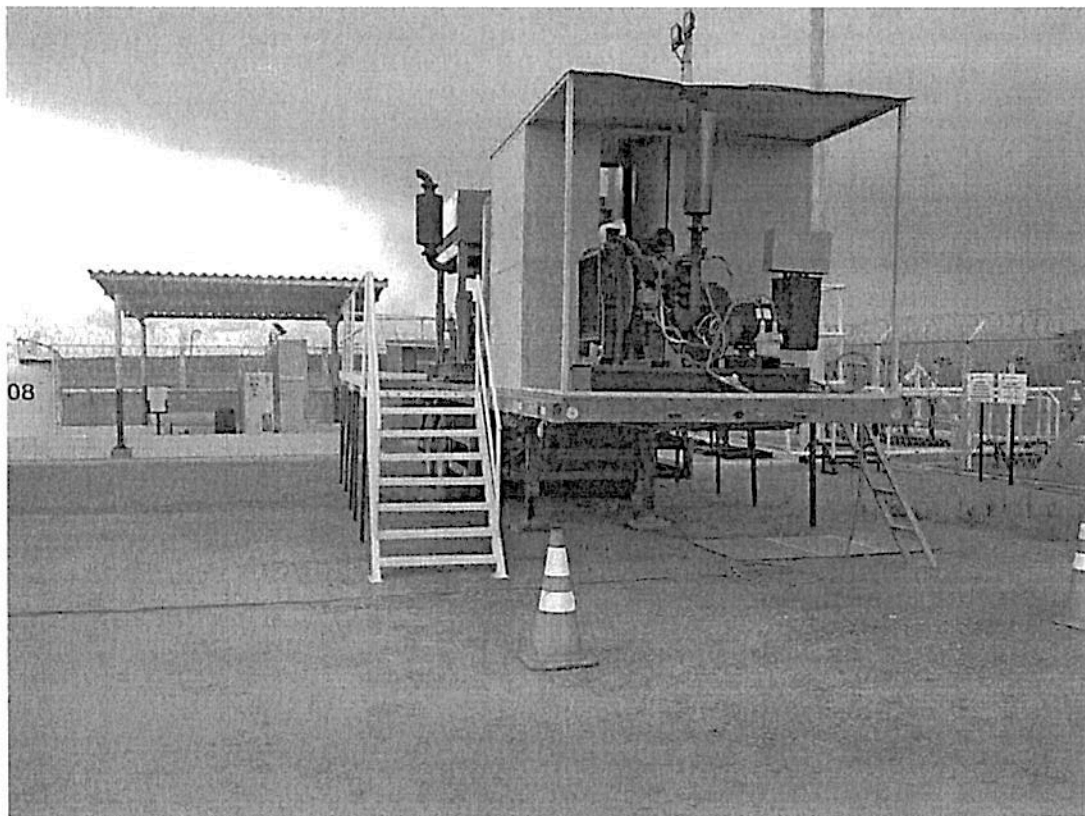


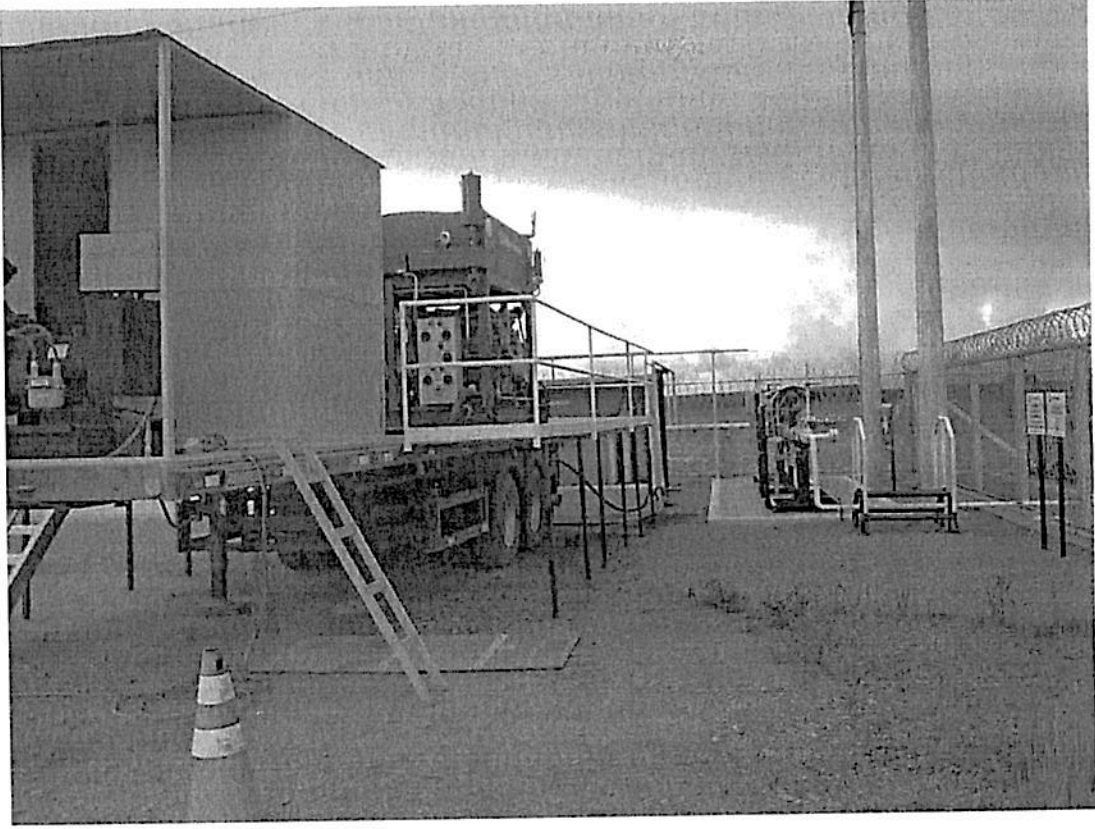
4. Engate conectado com cabo de segurança.




Anexo IB – Fotos da Estação de Compressão de Linhares







 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

ÍNDICE

DISPOSIÇÕES GERAIS


1. Objetivo
2. Escopo
3. Definições e Siglas
4. Documentos de referência

GESTÃO DE RISCO NO TRANSPORTE

5. Aspectos Gerais
6. Cadastro da Transportadora, Condutores e Veículos
7. Gestão de Transportadoras
8. Gestão de Condutores (Motoristas)
9. Gestão de Frota (Veículos)
10. Gestão do Entorno
11. Gestão da Viagem
12. Gestão da Emergência
13. Gestão Patrimonial

PAZ – PACTO DE ACIDENTE ZERO

14. Regras do Paz
15. Normas de Condução Complementares

	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. OBJETIVO

O objetivo deste Anexo é relacionar os requisitos mínimos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e de segurança Patrimonial, as regras do PAZ, bem como as Atividades de Gerenciamento de Riscos (GR) a serem cumpridos pelas **TRANSPORTADORAS**, visando à prevenção e redução de desvios e acidentes nas operações de transporte, bem como suas conseqüências.

2. ESCOPO

Este Anexo aplica-se ao transporte contratado pela **BR**, no modal rodoviário, para atender à movimentação (coleta, transferência ou entrega) de **Produtos BR** em todo o território nacional.

Todas as exigências aqui contidas aplicam-se obrigatoriamente e indistintamente a todos os condutores e veículos disponibilizados pela **TRANSPORTADORA** contratada pela **BR**, restando à **TRANSPORTADORA** toda a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

3. DEFINIÇÕES E SIGLAS

AGREGADO – Pessoa jurídica que disponibiliza, mediante contrato com a **TRANSPORTADORA**, veículo de sua propriedade, para a prestação de serviço da **TRANSPORTADORA** contratada pela **BR**;

ATIVIDADES DE GR – São atividades desenvolvidas pela **BR** e sua Gerenciadora de Riscos, em articulação com as **TRANSPORTADORAS**, visando reduzir a frequência e gravidade de acidentes de trânsito na movimentação (coleta, transferência ou entrega) de produtos **BR**.

CAE – Central de Atendimento à Emergência da **BR**, pelo telefone **0800 0 24 44 33**;

CIAT – Centros Integrados de Apoio ao Transporte, instalados em Unidades Operacionais da **BR**, e administrados pela **Gerenciadora de Riscos da BR**;

CIF – Custos do bem, do transporte e do seguro (Cost, Insurance and Freight);

COLETA – Operação de retirar produtos adquiridos pela **BR** na modalidade **FOB** em seus fornecedores (p.ex. Usinas de álcool e biodiesel);


CRVL – Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo;

ENTREGA – Operação de entregar os produtos comercializados pela **BR** aos seus clientes;

FAT – Fatalidades por acidentes de trânsito;

FOB – Posto a Bordo (Free on Board). As despesas do transporte, (frete e seguro) por conta do comprador, bem como os riscos até o local de destino. O vendedor da mercadoria é responsável pela carga e pelos custos somente até que a mesma esteja embarcada no meio de transporte definido pelo comprador (cliente);

GR – Gerenciamento de Risco nas Operações de Transporte de **Produtos BR**;

 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

GERENCIADORA DE RISCOS DA BR – Empresa contratada pela BR para implementar Atividades de GR para o Transporte de **Produtos BR**;

CONDUTOR – Pessoa física que mantém vínculo empregatício regido pela CLT com a **TRANSPORTADORA** a serviço da BR, ou com o **AGREGADO**, bem como o cooperado devidamente associado, sem vínculo empregatício, à Cooperativa de Transporte de Cargas prestadora de serviços de transporte à BR;

PAZ – Pacto de Acidente Zero;

PET – Plano de Emergência do Transporte;

PRODUTOS BR - São todos os produtos comercializados pela BR, e seus insumos, atuais ou futuros, embalados ou a granel, tais como combustíveis (gasolina, diesel, álcool, querosene de aviação, óleos combustíveis, etc.), solventes (tolueno, xileno, aguarrás, hexano, etc.), fertilizantes, enxofre, coque, GNC, GNV, óleos lubrificantes e produtos asfálticos (emulsões, cimento asfáltico de petróleo, asfalto diluído com solventes, etc.)

QDT – Sistema de Qualificação do Desempenho do Transportador, mantido pela BR, com objetivo de organizar o cadastro e avaliar o desempenho de Transportadoras;

SEGURO DPVAT – Seguro para Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre;

SMS – Segurança, Meio ambiente e Saúde.

TRANSFERÊNCIA – Operação de transferir **Produtos BR** entre as Unidades Operacionais;

TRANSPORTADORA – Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas – ETC ou Cooperativa de Transporte de Cargas – CTC, que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade principal.

4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Deverá ser observada, pela **TRANSPORTADORA**, a legislação pertinente ao transporte de carga em geral e de produtos perigosos. A título de referência, é apresentada a seguir uma lista de leis e normas, sem a pretensão de esgotar toda a legislação aplicável.

Será de responsabilidade exclusiva da **TRANSPORTADORA** manter-se permanentemente atualizada da legislação e normas aplicáveis e cumprir todos os requerimentos legais aplicáveis à atividade de Transporte de Carga, sejam eles Federais, Estaduais ou Municipais.

Caso exista conflito entre qualquer requisito estabelecido neste documento e o estipulado na legislação em vigor, deverá ser considerado aquele de maior nível de exigência. Em caso de dúvida, a **TRANSPORTADORA** deverá realizar uma consulta formal à **BR**.

Lei 6938/81 - Licenças ambientais;

Lei 9503/97 - Código de Transito Brasileiro;


Lei 9605/98 - Fiscaliza condutas lesivas ao meio ambiente;

Lei 10165/00 - Taxa de controle e fiscalização ambiental;

Lei 10357/01 - Controla e fiscaliza produtos químicos;

Lei 11442/07 - Transporte rodoviário de cargas mediante terceiros;

Art 66 CLT - Descanso entre jornadas;

 PETROBRAS	<p align="center">ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO</p>	
<p align="center">SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO</p>		<p align="center">REV 0</p>

Decreto 2063/83 - Multas a serem aplicadas por infrações sobre regulamentações no transporte de PP;

Decreto 96044/88 - Regulamenta o transporte rodoviário de produtos perigosos;

Decreto 6686/08 - Altera os dispositivos dos crimes ambientais;

Decreto 6514/08 - Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente;

Decreto 50446/09 - Regulamenta o transporte de produtos perigosos no município de São Paulo;

Res. 116/00 - Disciplina o transporte de carga em caminhão tanque;

Res. 123/124 e Decreto lei 73/66 - Seguro de transportes;

Res. 168/04 - Certificado MOPP;

Res. 420/04 - Instruções complementares ao regulamento do transporte de produtos perigosos;

Res. 701/04 - Aprova as instruções complementares ao regulamento do transporte de produtos perigosos;

Res. 1644/06 - Alterações na resolução 420 da ANTT (Instruções complementares);

Res. 457/08 - Emissão do CIPP;

Res. 2657/08 - Alterações na resolução 420 da ANTT (Instruções complementares);

Res. 2975/08 - Altera Instruções complementares ao regulamento do transporte de produtos perigosos;

Res. 3056/09 - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga;

Res. 365/10 - Metodologia de aferição de peso de veículos;

Res. 3383/10 - Instruções complementares ao regulamento do transporte de produtos perigosos;

Portaria nº 101/09 - Lista de produtos perigosos e periodicidade de inspeções;

Portaria nº 172/08 - Instrução para preenchimento de registro de inspeção para área de produtos perigosos;

Portaria nº 255/07 - Registro de descontaminador de equipamentos aplicados para o transporte de produtos perigosos;

Portaria nº 462/10 - Homologação do Certificado de verificação do Cronotacógrafo;

Portaria nº 183/10 - Emissão do CIV;

Portaria nº 70/08 - Regulamento da avaliação de conformidade para pino-rei aplicado em equipamento de transporte de PP;

Portaria nº 59/93 - Regulamento técnico metrológico para aferição volumétrica de equipamentos dotados de cofre de carga;

Portaria nº 451/08 - Regulamento da avaliação de conformidade para tanques portáteis utilizados no transporte terrestre;

Portaria nº 85/01 - Emissão da fumaça preta;

Portaria nº 76/10 - Verificação do veículo tanque terá validade de 02 anos;

Portaria nº 87/10 - Determina que os produtos perigosos (escuros) sejam transportados em tanques exclusivos;


Portaria nº 349/02 - Aprova as instruções para a regulamentação do transporte de produtos perigosos;

Deliberação 102/10 - Autorização específica para combinação ou veículos combinado com tanque;

NBR5992 - Álcool etílico e suas misturas com água;


NBR7148 - Petróleo e produtos de petróleo;

NBR7500 - Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos;

 PETROBRAS	<p align="center">ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO</p>	
<p align="center">SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO</p>	<p align="center">REV 0</p>	

NBR7501 - Transporte terrestre de produtos perigosos – Terminologia;
NBR7503 - Ficha de emergência e envelope para o transporte de produto perigoso;
NBR9735 - Conjunto de equipamentos para emergências no transporte de produtos perigosos;
NBR14064 - Atendimento à emergência no transporte rodoviário de produtos inflamáveis;
NBR14065 - Destilados de petróleo e óleos viscosos;
NBR14095 - Área de estacionamento;
NBR14619 - Incompatibilidade química;
NBR15480 - Plano de ação no atendimento à emergência;
NBR15481 - Requisitos mínimos de segurança;
NBR15512 - Transporte de biodiesel;
IN nº 31/09 - Institui o cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais;
NR06 - Equipamento de proteção individual;
NR07 - PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);
NR09 - PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);
NR15 - Atividades e operações insalubres e seus Anexos;
NR16 - Atividades e operações perigosas;
NR20 - Líquidos combustíveis e inflamáveis;
NR25 - Resíduos industriais;
NR33 - Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados;
RTQ1c - Inspeção na construção de equipamentos para o transporte rodoviário de PP-gás - cloro liquefeito;
RTQ1i - Inspeção periódica de equipamentos para o transporte rodoviário de PP-gás - cloro liquefeito;
RTQ3c - Inspeção periódica de equipamentos para o transporte rodoviário de PP grupos 3 e 27 E;
RTQ3i - Inspeção na construção de equipamentos para o transporte rodoviário de PP grupos 3 e 27 E;
RTQ5 - Inspeção de veículos rodoviários para o transporte de produtos perigosos;
RTQ6c - Inspeção na construção de equipamentos para o transporte rodoviário de PP grupos 6 e 27 D;
RTQ6i - Inspeção periódica de equipamentos para o transporte rodoviário de PP grupos 6 e 27 D;
RTQ7c - Inspeção na construção de equipamentos com pressão máxima de 690 k para o transporte de PP a granel;
RTQ7i - Inspeção periódica de equipamentos com pressão máxima de 690 k para o transporte de PP a granel;
RTQ32 - Para choque traseiro de veículos rodoviários para o transporte de produtos perigosos (construção, ensaio e instalação);
RTQ36 - Inspeção de revestimento interno de equipamentos para o transporte rodoviário a granel (aplicação, reparo);
RTQCAR - Inspeção periódica de carroçaria de veículos rodoviários para o transporte de produtos perigosos;

GESTÃO DE RISCO NO TRANSPORTE

	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

5. ASPECTOS GERAIS

A **BR** desenvolveu o programa de Gerenciamento de Riscos no transporte, com o objetivo de reduzir a frequência e gravidade de acidentes de trânsito, bem como de desvios patrimoniais. Para o sucesso do programa é essencial o comprometimento da **TRANSPORTADORA** no atendimento aos requisitos de **SMS**, às regras do **PAZ** e no cumprimento das **Atividades de GR** que serão desenvolvidas pela **BR** e sua Gerenciadora de Riscos.

É importante destacar que este programa não pretende suprimir ou substituir, total ou parcialmente, a gestão da **TRANSPORTADORA**, mas alinhar esforços no sentido comum de reduzir os impactos causados às **TRANSPORTADORAS** e à **BR** decorrentes dos acidentes, reforçando, direcionando e complementando os programas desenvolvidos e implantados pelas **TRANSPORTADORAS**, de forma a atingir a excelência de **SMS** e de segurança patrimonial nas operações de transporte, alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia.

A promoção de **Atividades de GR**, por parte da **BR** e sua Gerenciadora de Riscos, não exime a **TRANSPORTADORA** da responsabilidade de manter um sistema de Gestão, com padrões e procedimentos próprios, visando o cumprimento das metas operacionais e de **SMS** previstas no presente contrato.

A **TRANSPORTADORA** deverá assegurar que todos os condutores e veículos a serviço da **BR** atendam a todos os requisitos de **SMS**, das regras do **PAZ** e cumpram as **Atividades de GR** estabelecidas neste contrato, seguindo as orientações da **BR** e sua Gerenciadora de Riscos, o que deverá ser evidenciado pela **TRANSPORTADORA**, sempre que solicitado pela **BR** ou por sua Gerenciadora de Riscos.


O descumprimento de qualquer requisito de **SMS**, das regras do **PAZ** e das **Atividades de GR** poderá colocar em risco o objetivo de redução de acidentes, sujeitando a **TRANSPORTADORA**, dessa forma, às sanções contratuais previstas no contrato e no Sistema de Consequências da **BR**.

6. CADASTRO DA TRANSPORTADORA, CONDUTORES E VEÍCULOS

6.1. Processo de Cadastramento

O processo de cadastro de **TRANSPORTADORAS**, condutores e veículos tem como objetivo principal garantir a conformidade legal do transporte a serviço da **BR**.

Adicionalmente, o cadastro permite uma adequada identificação de cada elemento, possibilitando realizar uma avaliação quantitativa e qualitativa dos recursos que a **TRANSPORTADORA** planeja disponibilizar, além de possibilitar o acompanhamento histórico dos condutores e veículos enquanto a serviço da **BR**.

 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

Faz parte do processo de cadastro de veículos a aplicação de um *check list* inicial, conforme abaixo descrito, para verificar se as especificações técnicas dos veículos atendem aos requerimentos legais e aos normativos da BR.

Faz parte do processo de cadastro de condutores a aplicação de: (i) uma entrevista de perfil com duração aproximada de 30 (trinta) minutos; (ii) uma bateria de testes psicológicos, com duração aproximada de 2 h (duas horas); (iii) uma entrevista psicológica inicial, com duração aproximada de 40 (quarenta) minutos; (iii) um treinamento de ambientação de 4:30 h (quatro horas e trinta minutos) de duração, conforme abaixo descritos.

Dado que as quantidades e características de condutores e veículos cadastrados serão utilizadas para a apuração de indicadores de performance (*turn over*, fidelidade, eficiência, etc.) é recomendável que a **TRANSPORTADORA** cadastre única e exclusivamente aqueles elementos que planeja efetivamente utilizar, considerando as características de cada tipo de operação. Da mesma forma, é importante que a **TRANSPORTADORA** solicite a baixa dos elementos que deixar de prestar serviços para BR, seja por renovação ou rescisão de recursos.

A **TRANSPORTADORA** deverá, previamente à prestação do serviço, preencher os dados e apresentar toda a documentação requerida para cadastramento da empresa, veículos e condutores, diretamente à BR ou a sua Gerenciadora de Riscos, conforme orientação da BR.


A **TRANSPORTADORA** deverá manter atualizada no software web da Gerenciadora de Riscos da BR a informação e vigência dos documentos da empresa, dos condutores e dos veículos, além de enviar a documentação física que comprove o dado inserido no software, de forma a manter todos os elementos em condições de operação relativos à documentação legal e exigível, conforme instruções específicas disponibilizadas pela BR e sua Gerenciadora de Riscos.

No caso de algum elemento, **TRANSPORTADORA**, condutor ou veículo, permanecer mais de 90 (noventa) dias corridos com a documentação vencida no sistema de informação, este automaticamente será classificado como inativo, requerendo o seu re-cadastramento para voltar a operar.

A fim de planejar a mobilização de veículos e condutores, para atendimento ao contrato, a **TRANSPORTADORA** deverá considerar o prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da entrega de toda a documentação requerida, necessários à conclusão do processo de cadastro, verificação do veículo (*check list* inicial), avaliação e treinamento do condutor.

6.2. Documentação Requerida

A relação de documentos exigidos para o cadastro poderá ser modificada, a único e exclusivo critério da BR, com o objetivo de atender aos requerimentos legais e normativos vigentes. Entre os documentos que deverão ser apresentados, destacamos os abaixo relacionados:


 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

6.2.1 - Documentos da TRANSPORTADORA

- CRCC da BR;
- Certificado da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres);
- Contrato Social e última alteração;
- Cartão CNPJ Atualizado;
- Licença de Operação (LO) e/ou transporte, conforme requerimento dos estados onde atue;
- Licença Operacional do IBAMA para todos os CNPJ que emitem conhecimento de carga;
- Comprovante de contratação de empresa de Atendimento à Emergência (no padrão técnico e operacional exigido para o serviço);
- Comprovante de contratação de empresa de Monitoramento de frota por Satélite (nos padrões estabelecidos pela BR);
- Certidão Negativa de Débito referente ao INSS;
- Certidão Negativa de Débito referente ao FGTS;
- Contrato com empresa Gerenciadora de Risco, conforme exigências da companhia seguradora;
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (NR-09);
- Programa de Proteção Respiratória - PPR (Instrução Normativa - IN 1 de 11/04/1994, do MTE), quando aplicável;
- Composição Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA (NR-5)
- Seguro ou Plano de Assistência Médica para os seus empregados vinculados aos serviços contratuais; (no padrão técnico e operacional exigido para o serviço);
- Seguro de Vida e/ou Acidentes Pessoais para os seus empregados vinculados aos serviços contratuais; (no padrão técnico e operacional exigido para o serviço);
- Composição do SESMT e prova de que a **TRANSPORTADORA** encontra-se legalizado junto à DRT, quando aplicável;
- Programa e Prevenção da Exposição Ocupacional ao Benzeno;
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-07).

6.2.2 - Documentos dos Condutores

- Carteira Nacional de Habilitação – CNH (categoria – D ou E);
- Atestado de Saúde Ocupacional – ASO;
- Carteira de trabalho / Ficha de Registro dos condutores próprios;

 PETROBRAS	<p align="center">ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO</p>	
<p align="center">SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO</p>		<p align="center">REV 0</p>

- Certificado de Escolaridade;
- Certificado MOPP – Certificado do curso de condutor de veículo de transporte de cargas de produtos perigosos;
- Termo de Responsabilidade para o Agregado;
- Carta compromisso do condutor (no padrão técnico e operacional exigido para o serviço, manifestando o conhecimento e a adesão ao PAZ e às Normas de Condução da BR).

6.2.3 - Documentos dos Veículos

- Certificado de propriedade dos veículos próprios e agregados que operam para BR – CRVL – DPVAT;
- Certificado de Verificação metrológica de Cronotacógrafo – INMETRO;
- Certificado de Inspeção Veicular - CIV ou CIPP (inspeções veiculares emitidas pela OIVA e pela OIA-PP respectivamente, de caráter obrigatório, conforme consta nas Portarias 183/10 e 457/08 do INMETRO respectivamente;
- Certificado de Verificação Metrológica de Veículo Tanque Rodoviário - (Volumetria) conforme a Portaria INMETRO 076/2010 – Certificado de Verificação de Tanque.

7. GESTÃO DE TRANSPORTADORAS


7.1 - Auditorias Periódicas de Gestão de SMS

A **TRANSPORTADORA** será auditada em suas instalações, no mínimo uma vez ao ano, seja em sua matriz e/ou em uma de suas filiais, conduzida pela **BR** e/ou por sua Gerenciadora de Riscos, com objetivo de verificar sua gestão.

A **TRANSPORTADORA** será comunicada pela **BR** ou por sua **Gerenciadora de Riscos**, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis das datas agendadas para a realização, assim como o planejamento e programa da auditoria. A **TRANSPORTADORA** deverá confirmar ou propor a postergação da auditoria em até 30 (trinta) dias da data sugerida, com justificativa válida apresentada por escrito.

A Auditoria de Gestão será executada em no máximo 3 (três) dias por equipe de auditores designados pela **BR**, de acordo com as normas de auditoria vigentes e com metodologia específica da **BR**, com critérios orientados para a gestão de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde ocupacional no transporte rodoviário.

A **TRANSPORTADORA** deverá disponibilizar, para a execução da auditoria, recursos humanos (um ou mais responsáveis das áreas auditadas); recursos informativos (procedimentos, documentos, registros); recursos físicos (veículos para inspeção, equipamentos de telemetria) e recursos de infra-estrutura (área para execução da atividade).

	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

O relatório final será emitido em até 30 (trinta) dias após a execução da auditoria, acompanhado da conclusão, não-conformidades apontadas, proposta de ações corretivas e outras recomendações inerentes ao processo.

A **TRANSPORTADORA** se obriga a apresentar um plano de ação em 10 (dez) dias corridos do recebimento do relatório final de auditoria, considerando as ações corretivas recomendadas pela equipe de auditoria, cabendo à **BR** avaliar e aprovar o plano, recomendando as alterações que julgar pertinente.

Os resultados das auditorias não eliminam as responsabilidades da **TRANSPORTADORA** em atender as demais disposições deste contrato. Os desvios críticos (não atendimento da legislação ou normas da **BR**) poderão conduzir à aplicação de uma medida administrativa imediata.

8. GESTÃO DE CONDUTORES

A **TRANSPORTADORA** deverá, antes de iniciar suas operações, apresentar formalmente seu preposto credenciado para assuntos vinculados ao estado de saúde e/ou psicológico do condutor, em acordo com os preceitos do CFP (Conselho Federal de Psicologia) e/ou de Saúde Ocupacional. Este preposto atuará como ponto focal entre todas as pessoas e/ou setores envolvidos, respeitando o Código de Ética da área Psicológica e Médica.


A **TRANSPORTADORA** deverá agendar, junto à Gerenciadora de Riscos, a participação de todos os condutores em todas as atividades de gestão de condutores conduzidas **BR** ou por sua **Gerenciadora de Riscos**, em qualquer dos CIATs existentes em Unidades Operacionais da **BR**.

Exceção a esta regra se fará exclusivamente para os condutores cujas viagens nunca iniciarão ou terminarão em CIATs, para os quais o programa de gestão de condutores tem caráter facultativo, podendo sua participação ser agendada, se desejarem, e desde que haja disponibilidade em qualquer dos CIATs existentes em Unidades Operacionais da **BR**.

Ressalva-se que o treinamento de ambientação é obrigatório para todos os condutores e deverá ser realizado em todas as Unidades Operacionais onde prestarão o serviço.

O não atendimento, pela **TRANSPORTADORA** ou seu condutor, a qualquer dos itens do programa de gestão de condutores, detalhado a seguir, poderá implicar no imediato bloqueio do Condutor para operar para a **BR**, sem prejuízo da aplicação do Sistema de Consequências da **BR**.

As informações prestadas por condutores em entrevistas ou testes aplicados, que tenham caráter pessoal, serão de acesso restrito à área de psicologia da **Gerenciadora de Riscos** da **BR** e à área de saúde da **BR**, respeitando o Código de Ética da área Psicológica e Médica, e serão compartilhadas com a área de saúde da **TRANSPORTADORA**,

	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

exclusivamente por meio do seu preposto credenciado, desde que não haja restrição expressa por parte do condutor.

A BR e/ou sua Gerenciadora de Riscos se reservam o direito de adotar ações preventivas imediatas, caso entendam que alguma situação envolvendo o condutor possa comprometer a segurança da operação, colocando em risco a viagem e o próprio condutor, sem prejuízo de serem adotadas ações complementares em articulação com o preposto credenciado da área de saúde da **TRANSPORTADORA**.

8.1 - Entrevista de Perfil

A entrevista de Perfil é realizada através de um questionário pessoal, a fim de diagnosticar o perfil típico do condutor BR. Serão abordadas, nesta entrevista, as dimensões pessoais, laborais e profissionais do condutor.

Os condutores devem agendar e participar de Entrevista de Perfil realizadas nos CIATs. As entrevistas terão duração mínima de 30 (trinta) minutos e serão realizadas anualmente.

8.2 - Testes Psicométricos e Capacitação cognitiva

A bateria de testes psicométricos visa reconhecer as características pessoais e desvios psicológicos dos condutores a fim de estabelecer para cada condutor um programa de capacitação cognitiva voltado para a melhoria de seu desempenho.

Os condutores devem agendar e participar de testes psicométricos realizados nos CIATs. Os testes terão duração mínima de 2 (duas) horas e serão realizados anualmente.

A **TRANSPORTADORA** também se compromete a garantir a participação, incentivar e auxiliar seus condutores no seguimento do programa de capacitação cognitiva que a eles for indicado.


8.3 - Entrevista Psicológica Inicial do Condutor

A Entrevista Inicial tem como objetivo reconhecer as características pessoais e desvios psicológicos dos condutores, contribuindo para estabelecer, para cada um deles, um programa de capacitação cognitiva voltado para a melhoria de seu desempenho.

Os condutores devem agendar e participar de entrevista psicológica inicial realizada nos CIATs. As entrevistas terão duração mínima de 40 (quarenta) minutos.

8.4 - Entrevistas Psicológicas Periódicas

Os condutores devem agendar e participar de Entrevistas Psicológicas Periódicas realizadas nos CIATs. As entrevistas terão duração média de 20 (vinte) minutos e serão realizadas, no mínimo, a cada 15 (quinze) dias ao longo de toda a prestação do serviço.

 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

A **TRANSPORTADORA** deverá permitir e orientar seus condutores à realização de entrevistas com uma frequência maior nos casos em que o condutor ou a psicóloga responsável o considerarem necessário.


8.5 - Treinamento de Condutores em Gestão de Riscos de SMS no Transporte

A **TRANSPORTADORA** deverá ministrar, anualmente, treinamentos teóricos e práticos durante a vigência do contrato, com ou sem acompanhamento da Fiscalização da **BR** e/ou da Gerenciadora de Riscos, a todos os seus empregados, especialmente os condutores, compreendendo, no mínimo, os seguintes itens:

- Procedimentos para execução dos serviços objeto do contrato;
- Perigos e riscos aos quais os colaboradores e, especialmente, os condutores da **TRANSPORTADORA** podem estar expostos, tanto da atividade como do ambiente de trabalho;
- Direção defensiva
- Noções gerais sobre preservação ambiental e, quando aplicável, minimização de desperdícios e manuseio de resíduos;
- Padrões de segurança, meio ambiente e saúde para execução dos serviços;
- Uniformes e EPI necessários para o tipo de serviço prestado e/ou local;
- Prevenção de acidentes, incidentes e demais ocorrências anormais;
- Treinamento no Plano de Emergência para Transporte de Produtos Perigosos da **TRANSPORTADORA** com relação às diretrizes a serem adotadas para atendimento às emergências no transporte rodoviário de produtos perigosos, considerando a atuação de todas as partes envolvidas;
- Prevenção de incêndio e uso de extintores;
- Primeiros socorros;
- Atendimento ao cliente.

A **TRANSPORTADORA** deverá estabelecer um "Levantamento de Necessidades de Treinamento - LNT" e gerar um "Programa Anual de Treinamento" para seus condutores, de pelo menos 12h/ano (doze horas por ano) por condutor, aplicá-lo e demonstrar a execução dos mesmos através de registros. O LNT e o "Programa Anual de Treinamento" deverão ser enviados para aprovação da fiscalização durante o primeiro mês de contrato e, a partir daí, anualmente, e este conjunto de documento deverá ser disponibilizado pela **TRANSPORTADORA** para ser auditado pela **BR**.

A **TRANSPORTADORA** deverá, entre outros, tomar como base o Perfil do Condutor estabelecido pela **BR** para a geração deste programa. Será facultado à **TRANSPORTADORA** apresentar o perfil de condutor desenvolvido pela própria

 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

A **TRANSPORTADORA** deverá articular-se junto à **Gerenciadora de Risco** da **BR** para conciliar o seu programa de treinamento com o programa de treinamento disponibilizado pela **BR**, que conterá pelo menos os seguintes temas:

- Explanação dos rotogramas (identificação dos riscos) das rotas programadas, incluindo as sugestões de melhorias apresentadas pelo demais condutores;
- Abordagem do plano de viagem, o planejamento e definição das rotas, pontos de paradas permitidas, itinerários e estimativa de horários e prazos a serem cumpridos;
- Norma de Condução da Contratante;
- Programa PAZ – Pacto de Acidente Zero;
- Plano de Emergência do Transporte – PET;
- Noções Básicas de Primeiro Atendimento à Emergência e de Primeiros Socorros;
- De olho no combustível;
- Alertas de Segurança da Contratada e da Contratante.

Adicionalmente ao Programa de Treinamento ministrado pela **TRANSPORTADORA**, os condutores deverão participar de todos os treinamentos ministrados pela **BR** ou por sua **Gerenciadora de Riscos**, conforme a seguir detalhado:

8.5.1. Ambientação - Os Condutores só poderão operar para a **BR** após receber o Treinamento de Ambientação, com tempo estimado de 4:30h (quatro horas e trinta minutos), na Unidade Operacional que prestarão serviço e tiverem aproveitamento julgado adequado pela **BR**.


8.5.2. Básico e Avançado - Os condutores devem atender à grade de treinamento estipulada pela **BR**, em qualquer dos CIATs. O tempo total anual é estimado em 9 (nove) horas de treinamentos, divididos em 4:30h (quatro horas e trinta minutos) de treinamentos considerados básicos e 4:30h (quatro horas e trinta minutos) de treinamentos considerados avançados.

8.5.3. Curso e Palestras - Os condutores devem participar do curso de análise de acidentes e de palestras de SMS, com tempo total anual estimado em cerca de 4:30h (quatro horas e trinta minutos).

8.6 - Testes de Álcool, Substâncias Nocivas à Operação de Transporte e Substâncias Ilegais com os Condutores

A **TRANSPORTADORA** deverá estabelecer procedimentos para realizar controles periódicos para a detecção do consumo de substâncias proibidas (álcool e drogas). Este processo poderá, por exemplo, considerar os testes de substâncias ilegais como parte de seus exames admissionais e/ou periódicos.

A **TRANSPORTADORA** deverá obter concordância formal dos condutores e garantir a sua

	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

participação nos testes de álcool que serão realizados nas Unidades Operacionais da BR.

A metodologia utilizada (procedimento, critério de amostra, equipamentos, aplicação, registro e plano de ação individualizado) deverá atender como um todo à legislação aplicada e aos padrões da BR. A aceitação do condutor da prática de testes de álcool e substâncias proibidas e as penalidades previstas pela **TRANSPORTADORA** deverão ser item componente do contrato de trabalho ou documento equivalente que formalize o vínculo laboral com o condutor.

É de responsabilidade da **TRANSPORTADORA** prover os meios legais que garantam a viabilidade de testes e controles de uso de álcool e outras substâncias nocivas à saúde, proibidas por lei ou que possam colocar a segurança da operação de transporte em risco.

Sem prejuízo do impacto do resultado dos testes no Sistema de Consequências, a detecção de níveis de álcool acima do limite permitido por lei implicará no bloqueio imediato do condutor para a prestação de serviços para a BR.

9 - GESTÃO DA FROTA (VEÍCULOS)

A **TRANSPORTADORA** deverá cumprir com as determinações incluídas no Decreto 96.044, de 18 de maio de 1988 - Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, incluindo todas as NBRs (Normas Brasileiras) nele citados – e apresentar, antes de cada carregamento, o check-list realizado pela mesma.

A **TRANSPORTADORA** deverá disponibilizar todos os veículos, próprios e agregados, para realização de inspeções visuais e funcionais, conduzidas pela BR ou sua **Gerenciadora de Riscos**, conforme norma interna da BR (Padrão de check list), que poderá sofrer ajustes a exclusivo critério da BR, visando garantir o cumprimento dos requerimentos legais e normativos dos veículos a serviço da BR, atentando para as seguintes instruções:

9.1 - Check-List Inicial


Realizado dentro do processo de Cadastro de Veículos. Tem como objetivo verificar o cumprimento das condições contratuais e técnicas, sejam legais ou normativas, da BR. O não cumprimento de algum requerimento poderá acarretar a impossibilidade do veículo realizar operações para a BR.

9.2 - Check-List Periódico

Tem como objetivo verificar a continuidade do cumprimento das condições contratuais e técnicas sejam legais ou normativas da BR e será realizado a cada 6 (seis) meses aproximadamente.

O não cumprimento de algum requerimento poderá acarretar a impossibilidade do veículo continuar prestando serviços para a BR.

9.3 - Check-List Aleatório:

 PETROBRAS	<p align="center">ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO</p>	
<p align="center">SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO</p>		<p align="center">REV 0</p>

Tem como objetivo verificar a continuidade do cumprimento das condições contratuais e técnicas, sejam elas legais ou normativas da BR e será realizado de forma aleatória e frequência indefinida.

O não cumprimento de algum requerimento poderá acarretar a impossibilidade de que o veículo continue prestando serviços para BR.

9.4 - Check-List Diário:

Tem como objetivo verificar o cumprimento dos requerimentos legais, normativos e técnicos básicos. Poderá ser realizado antes de cada operação de carga e descarga em qualquer Unidade Operacional da BR. Serão considerados itens críticos todos aqueles cuja não conformidade implique em um não cumprimento legal, um risco imediato para a operação e/ou um impacto negativo na imagem da BR.

O não cumprimento de algum item crítico poderá acarretar o bloqueio imediato do veículo, impossibilitando a operação de carregamento e/ou descarregamento. Os veículos também poderão ser bloqueados no caso de vencimento do prazo outorgado para a regularização de um item considerado não crítico.

Caso seja detectado algum item não conforme, a **TRANSPORTADORA** deverá providenciar a sua regularização em um local adequado, ficando expressamente proibido realizar qualquer tipo de conserto, reparo e/ou manutenção dos veículos dentro das instalações das Unidades Operacionais da BR. Uma vez corrigido o desvio, a reapresentação do veículo dará lugar a um novo Check-List.

À BR é reservado o direito de modificar os itens que constam nas listas de verificação com o objetivo de verificar o atendimento à novos requerimentos legais ou normativos da companhia.


A **TRANSPORTADORA** deve garantir a participação dos condutores na realização do Check-List de forma a promover o envolvimento dos mesmos no que diz respeito ao estado da frota, em conformidade com os critérios pré-estabelecidos para a avaliação de cada item inspecionado.

Os condutores devem se apresentar para realização do check-list diário nas Unidades Operacionais da BR, com toda a documentação de porte obrigatório do veículo e do condutor, bem como com o veículo em perfeitas condições, com o registro de inspeção (check-list), realizado pela **TRANSPORTADORA** antes da mobilização do mesmo.

A constação, pela BR ou sua **Gerenciadora de Riscos**, de informação incorreta no registro de inspeção realizado pela própria **TRANSPORTADORA** acarretará o bloqueio imediato do veículo, sem prejuízo de penalidade prevista no sistema de consequências.

9.5 - Avaliação de Disco Diagrama de Tacógrafo (DDT)

A **TRANSPORTADORA** deverá realizar a leitura dos Discos Diagrama de Tacógrafo (DDT), manter os registros de leitura e disponibilizá-los para a BR para todas as viagens a

 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

serviço da mesma. Além dos dados de leitura, a **TRANSPORTADORA** deverá disponibilizar o DDT para que a BR possa auditar ou fazer a leitura dos mesmos.

Será definida uma metodologia específica para a recepção, leitura e análise dos Discos Diagrama do Tacógrafo (DDT) da **TRANSPORTADORA**. A entrega física dos DDTs correspondentes a 1 (uma) semana de viagens de todos os condutores, que realizarem ao menos uma viagem a serviço da BR naquela semana, deverá ocorrer em até 5 dias úteis da última viagem constante do disco.

Será considerado DDT válido aquele entregue unicamente em tempo e forma, isto é, entregue no prazo, com todos os dados a preencher completos, com o certificado de aferição do cronotacógrafo vigente, sem riscos, rasuras, ou qualquer outro tipo de problema que possa comprometer a correta leitura e interpretação dos dados.

A **TRANSPORTADORA** poderá propor metodologias alternativas para o envio dos DDTs e dados de leitura sempre e quando estas sistemáticas sejam homologadas e aceitas pela **Gerenciadora de Riscos** da BR e aprovadas pela BR de forma a garantir a manutenção da objetividade e confiabilidade dos dados.

A **TRANSPORTADORA** deverá manter arquivados os DDTs associados às viagens a serviço da BR por pelo menos 3 (três) meses e nos casos dos discos associados a viagens onde tenham acontecido algum tipo de acidente ou anomalia por pelo menos 1 (um) ano.

10 - GESTÃO DO ENTORNO

Antes do início das operações, a **TRANSPORTADORA** deverá apresentar seus Rotogramas para atender as demandas contratadas pela BR. A **TRANSPORTADORA** poderá adotar os rotogramas gerados pela **Gerenciadora de Riscos** da BR, quando existentes em rotas críticas ou priorizadas pela BR, ou utilizá-los para aprimorar seus próprios rotogramas.


Em qualquer das situações, cabe à **TRANSPORTADORA** a responsabilidade por disponibilizar os Rotogramas aos seus condutores, verificando a sua atualização, e capacitá-los para conduzir na rota. A **TRANSPORTADORA** poderá acordar formalmente com a **Gerenciadora de Riscos** da BR a delegação desta responsabilidade, quando logisticamente for considerado conveniente em função da origem da viagem se dar em Unidades Operacionais da BR com CIAT.

Registros da entrega do rotograma e da capacitação dos condutores deverão ser mantidos pela **TRANSPORTADORA** e apresentados quando solicitados pela BR.

10.1 - Rotogramas

O Rotograma é a representação gráfica da rota a ser percorrida em uma viagem, entregue ao condutor antes do início da mesma para um estudo prévio das variáveis de risco atreladas à viagem.

Para o pleno desenvolvimento do processo, a **TRANSPORTADORA** deverá:

 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

- No ato da entrega do rotograma, orientar o condutor a respeito dos riscos e particularidades apontados pelo documento;
- Realizar comentários sobre possíveis inconsistências entre o rotograma e a rota percorrida, o mais breve possível, através do envio para a BR do Boletim de Alerta contido no rotograma;
- Auxiliar na adequação do rotograma a particularidades da rota que não foram previstas no documento, podendo, inclusive, sugerir trajetos alternativos;
- Sempre que finalizar a operação, devolver o rotograma aos responsáveis pelo mesmo;
- Informar a respeito de atividades criminosas de seu conhecimento nas rotas que operam, apontando os trechos perigosos e, se possível, descrição de criminosos;
- Informar sobre quaisquer eventos que agravem o risco da viagem;
- Encaminhar sugestões para o aperfeiçoamento do rotograma voluntariamente ou quando solicitado;
- Capacitar seus condutores a fazerem a correta leitura do rotograma;
- Orientar a sua Gerenciadora de Risco contratada pela **TRANSPORTADORA** a programar as rotas no software de monitoramento baseados nos rotogramas definidos;
- Informar à Gerenciadora de Riscos contratada da BR sobre qualquer não-conformidade apontada pelo condutor durante o trajeto;
- Avaliar e ter conhecimento dos pontos de carregamento e descarga, relatando eventuais não conformidades à BR;
- Deverá ter acesso a um serviço de monitoramento climático.


11 - GESTÃO DA VIAGEM

11.1 - Acompanhamento da Viagem por Telemetria

O acompanhamento por telemetria do veículo durante a viagem tem como objetivo coletar dados que auxiliem na Gestão de Riscos, em eventuais emergências e, principalmente, na gestão logística das coletas, transferências e entregas de produtos.

A **TRANSPORTADORA** deverá estabelecer uma metodologia, de comum acordo com a BR, para enviar os dados da tecnologia embarcada instalada na frota a serviço da BR. A tecnologia embarcada deverá cumprir com os padrões definidos pela BR e ser aprovada pela Gerenciadora de Riscos da BR.

É fundamental destacar que a presente especificação requer apenas o espelhamento dos dados e não uma transferência que implique a descontinuidade dos serviços prestados pela Gerenciadora de Riscos da **TRANSPORTADORA**. Considerando que, nem a BR nem

 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

a Gerenciadora de Riscos da BR tomarão ações sobre os veículos (bloqueio e/ou envio de macros ao condutor) e as informações serão utilizadas exclusivamente para a gestão logística, de SMS (controle das normas de condução da BR), e patrimonial. Tanto a BR como a Gerenciadora de Riscos da BR ficam eximidos de qualquer tipo de responsabilidade frente a falhas nos sistemas de monitoramento e/ou gerenciamento de riscos contratados pela **TRANSPORTADORA** com o objeto de atender aos requerimentos estabelecidos no PGR (Programa de Gerenciamento de Risco) e/ou na apólice emitida pela companhia de seguro contratada pela **TRANSPORTADORA**.

A **TRANSPORTADORA** deverá realizar a atualização sistemática dos dados cadastrais dos veículos e Tecnologias de Telemetria instaladas nos mesmos.

A **TRANSPORTADORA** deverá assumir por sua exclusiva conta e sem direito a qualquer tipo de reclamação de reembolso, os custos atrelados às taxas de transferência de sinal, espelhamento de sinal, ajustes e/ou modificações dos processos que a empresa de monitoramento e/ou sua Gerenciadora de Risco devam realizar para que a **TRANSPORTADORA** atenda ao presente requerimento.

A **TRANSPORTADORA** deverá nomear prepostos, em turnos, durante todo o horário de operação de seus veículos, para responder às demandas da Central de Controle de Frota - CCF da BR, mantendo comunicação com seus condutores, visando providências de natureza operacional, de logística ou de gerenciamento de riscos.

11.2 - Auditoria Invisível (Viagem Assistida)

A **TRANSPORTADORA** será avaliada através de seus condutores pelo programa de Viagem Assistida. O programa é uma ferramenta de verificação usada para analisar o comportamento do condutor, tendo como finalidade monitorar e melhorar seu desempenho na direção.


O método consiste em observar os condutores na execução de sua atividade, a fim de comparar o requerido pelas disposições legais ou contratuais de circulação com o praticado, registrando através de fotos e filmes a atividade do condutor e movimentação.

A aplicabilidade deste programa terá uma incidência corretiva quando analisa a disciplina do condutor; e preventiva ao delimitar o planejamento de ações de desenvolvimento e capacitação do condutor, informações que poderão ser usadas pela BR em seus programas de treinamentos.

12 - GESTÃO DA EMERGÊNCIA

12.1. Plano de Primeira Resposta e auxílio na Coordenação das ações Emergenciais.

O plano será instituído de modo corporativo na BR considerando a atuação de representantes da BR denominados pontos focais de emergência das unidades operacionais e de modo integrado como os Planos de Emergência para Transporte de


 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

Produtos das **TRANSPORTADORAS** (PET-TRANSPORTADORA) os quais são de caráter obrigatório e deverão ser disponibilizados para as áreas de contratação e fiscalização de transporte da BR.

Além da criação de um PET-TRANSPORTADORA, a **TRANSPORTADORA** deverá estar conforme o exigido pela legislação brasileira, em especial, mas não exclusivamente, a Instrução Normativa IBAMA N° 96 de 30/03/06 (atividades potencialmente poluidoras) e o Decreto 96.044/88 (transporte de produtos perigosos), além de cumprir com as seguintes especificações:

- Participar efetivamente do Plano de Emergência em Transportes da BR (PET-BR), cujo teor declara ter pleno conhecimento. O PET-BR encontra-se anexado ao contrato, sendo dele parte integrante;
- A **TRANSPORTADORA** deverá ter a capacidade de conhecer e identificar os aspectos e perigos; avaliar impactos e riscos para a atividade a ser realizada; e implementar ações para prevenção e controle dos impactos dos riscos avaliados;
- Deverá ser definido um guia de atuação do ponto focal de emergências da **TRANSPORTADORA** e um guia de atuação do condutor;
- A **TRANSPORTADORA** deverá ter definidas claramente as responsabilidades na resposta primária, secundária, fechamento da condição da emergência e seguimento das condições ambientais do local e de saúde dos implicados no evento.
- A **TRANSPORTADORA** deverá ter definidos com clareza os alcances e limites das áreas de atuação das áreas operacionais;
- A **TRANSPORTADORA** treinará com conteúdos específicos aos pontos focais e condutores relativos à resposta da emergência e pronto atendimento da mesma;
- A **TRANSPORTADORA** deverá apresentar para a BR ou à Gestora de Risco a lista de responsáveis pela **TRANSPORTADORA** no caso de emergência, indicando prioridade de comunicação, email, número de telefone, região e cidade;
- A **TRANSPORTADORA** deverá designar para a BR ou à Gestora de Risco um ponto focal de comunicação com órgãos governamentais, BR, Equipe de resposta a Acidentes, etc;
- A **TRANSPORTADORA** deverá ter um guia de atuação diferenciada para Acidentes tipo 0, 1, 2, 3 e 4;
- A **TRANSPORTADORA** contratada deverá orientar seus empregados e os de suas subcontratadas para que estejam completamente familiarizados com os procedimentos de emergência.


12.2. PET- TRANSPORTADORA

 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

O PET constituído pela **TRANSPORTADORA** deverá identificar e abordar os seguintes itens:

- Possuir e manter atualizado um Plano de Emergência em transportes padronizado e aceito pela BR em sua totalidade, o qual deverá estar em conformidade com a norma atualizada da NBR 15480, e que garanta atendimento a sinistros no prazo máximo de 2 (duas) horas a contar do conhecimento da ocorrência. O não atendimento no prazo definido deverá ser plenamente justificado;
- Metodologia para manter ou contratar um plantão permanente para atendimento ao Plano de Emergência em Transportes da própria **TRANSPORTADORA** ou de empresas prestadoras deste serviço que sejam certificadas pela BR, cujos telefones e pessoas de contato deverão ser informados a BR e amplamente divulgados aos seus empregados, condutores e/ou prepostos;
- Comunicação imediata com a BR (Sede e Órgão Operacional) e à empresa contratada para gestão de risco securitário, todo e qualquer acidente ocorrido com os veículos que estejam a serviço da BR, e posteriormente enviar por escrito um relatório detalhando, conforme o padrão definido, do acidente acompanhado do respectivo Boletim de Ocorrência;
- Promover o treinamento regionalizado e periódico de seus condutores, empregados, contratados e demais pessoas envolvidas no seu PET, bem como nas ações de pronto atendimento a emergências (isolamento da área, sinalização, comunicação da ocorrência, contenção de vazamento, etc) e simulados.
- Apresentar-se às autoridades públicas, representantes da **TRANSPORTADORA** e da Equipe de Atendimento a Emergências, presentes no local do acidente, visando constituir o Comando Único de Operações;
- O PET deverá detalhar a metodologia de contato permanente com o CAE da BR informando a evolução da ocorrência até o fechamento da condição da emergência.
- O PET realizado deverá conter uma lista exaustiva dos recursos, tanto próprios como pertencentes a terceiros contratados, detalhando, como mínimo, tipo de recurso, característica, localização e coordenadas de contato. As características quantitativas e qualitativas dos recursos disponíveis deverão estar orientadas às rotas realizadas pela **TRANSPORTADORA**. A incorporação de uma nova rota não considerada no PET demandará a reavaliação do mesmo e a adequação dos recursos disponibilizados;
- A organização para controle da emergência é constituída conforme o padrão EOR (Estrutura Organizacional de Resposta) para o PET-BR;



 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

- i. O PET deverá detalhar como fazer uma análise preliminar, registrando em uma Análise Preventiva de Riscos (APR) as atividades a serem efetuadas e definir os recursos necessários para a realização do atendimento de forma eficiente;
- j. O PET deverá conter uma lista de ações detalhadas para o atendimento primário da emergência pelo condutor. Especificando kit de ferramentas, metodologias, tempos, prioridades das ações, na comunicação e riscos existentes;
- k. O PET deverá detalhar a metodologia de comunicação de urgência máxima para os familiares do(s) funcionário(s) envolvido(s) na ocorrência, além de fornecer o devido apoio social;
- l. O PET deverá detalhar como realizar o levantamento das informações no local e fotografias dos elementos que permitam elaborar um Relatório Técnico;

12.3. Comunicação Imediata de Informações Preliminares

A **TRANSPORTADORA** comunicará imediatamente ao CAE da BR, em no máximo 15 (quinze) minutos após o evento, a existência do acidente, indicando no mínimo as seguintes informações:

- Data e hora do acidente;
- Local da Ocorrência, contendo nome da rodovia e km (em zona rural) ou endereço exato (zona urbana), cidade, ponto de referência e estado;
- Existência de Vítimas (feridos e/ou falecidos);
- Existência de vazamento com indicação do volume vazado.
- Placa do caminhão e carreta(s);
- Nome completo do condutor;
- Local de origem da viagem;
- Local de destino da viagem;
- Produto transportado, número de risco (quando aplicável);
- Condição atual do local do acidente (presença de órgãos, trabalhos de contingência e/ou contenção em andamento, etc.);

No caso de existência de fatalidade no acidente, a **TRANSPORTADORA** deverá:

- Isolar o local do acidente, preservando suas características, até a liberação pela autoridade policial competente, conforme a legislação em vigor;
- Providenciar, com a máxima urgência, para que os familiares sejam notificados do ocorrido, fornecendo o devido apoio social;
- Garantir transmissão de informações competentes para a comissão de investigação constituída pela BR.

	<p align="center">ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO</p>	
<p align="center">SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO</p>	<p align="center">REV 0</p>	

12.4. Fechamento da Condição de Emergência (FCE)

A **TRANSPORTADORA** deverá prover recursos qualificados e adequados para acompanhar de forma presencial, as ocorrências em tempo real, a fim de auxiliar as equipes de resposta e avaliação do acidente, dentro dos limites estabelecidos pela BR até o Fechamento da Condição da Emergência.


Durante o período de duração da condição de emergência, os recursos da **TRANSPORTADORA** ficarão à disposição dos responsáveis da BR, da Equipe de Resposta à Emergência (ERE) e dos órgãos responsáveis pelo atendimento da emergência.

12.5. Confirmação de Informações Preliminares

A **TRANSPORTADORA** deverá enviar para a Equipe de Resposta a Emergências e para a BR um relatório preliminar confirmando as informações associadas ao acidente até 48h (quarenta e oito horas) depois de tomado conhecimento do mesmo com as seguintes informações:

- Data e hora do acidente;
- Local da Ocorrência, contendo nome da rodovia e km (em zona rural) ou endereço exato (zona urbana), cidade, ponto de referência e estado;
- Existência de Vítimas (feridos e/ou falecidos);
- Existência de vazamento com indicação do volume vazado.
- Placa do caminhão e carreta(s);
- Tipo de veículo, marca;
- Nome completo do condutor;
- Local de origem da viagem;
- Local de destino da viagem;
- Produto transportado, número de risco (quando aplicável);
- Condição atual do local do acidente (presença de órgãos, trabalhos de contingência e/ou contenção em andamento, etc.);
- Produto transportado, número de risco (quando aplicável);
- Informação do Tacógrafo;
- Descrição sucinta do acidente;
- Causa imediata aparente do acidente.

12.6. Ampliação de Informações.

	<p align="center">ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO</p>	
<p align="center">SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO</p>	<p align="center">REV 0</p>	

A **TRANSPORTADORA** terá até 4 (quatro) dias corridos depois de tomado conhecimento do acidente para enviar por meio eletrônico para a Equipe de Resposta a Emergências, no mínimo, as seguintes informações:


- Número telefônico e email do ponto focal da **TRANSPORTADORA** responsável pela informação do acidente;
- Relatório Preliminar de Investigação do Acidente;
- Histórico dos últimos 60 (sessenta) dias de carregamento do condutor e veículo, indicando no mínimo os horários dos mesmos, quilometragem percorrida, regiões e terminais visitados;
- Plano logístico do condutor para os dias posteriores ao acidente;
- Registro histórico do monitoramento do veículo das últimas 24(vinte e quatro) horas, conforme a tecnologia embarcada;
- Registro histórico de treinamentos fornecidos pela **TRANSPORTADORA**;
- Requisitos de Contratação do condutor para desenvolver atividades na **TRANSPORTADORA**;
- Registro histórico de manutenção técnica do veículo;
- Registro desenvolvido pela empresa seguradora e de serviço ambiental;
- Registro da última avaliação de riscos, aspectos ambientais e pontos sensíveis da rota percorrida;
- Registro de pontos de parada estabelecidos para a rota percorrida;
- Frequência e gozo de férias e licenças;
- Histórico de afastamento por motivos médicos;
- A **TRANSPORTADORA** deverá enviar para os órgãos públicos competentes os resultados da investigação do acidente 72 (setenta e duas) horas após feita a análise pela BR.

12.7. Análise do acidente e Relatório Técnico.

A **TRANSPORTADORA** só poderá iniciar o processo de investigação após comunicado o fechamento da condição de emergência pela BR.

Elaborar e encaminhar o relatório final de investigação no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a ocorrência, no caso de acidentes classe 0, 1, 2, 3 e 4. No caso de acidentes da classe 4, a **TRANSPORTADORA** deverá prestar todo auxílio solicitado pela Comissão de Investigações constituída por pessoal indicado pela BR.

O Relatório Técnico Final apresentado pela **TRANSPORTADORA** deverá ser validado pela Gerenciadora de Riscos contratada pela BR e deverá conter no mínimo o seguinte conteúdo:


 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

- Dados completos dos veículos e pessoas envolvidas (incluindo e acrescentando o mencionado anteriormente);
- Análise do Local do Acidente (configuração do local, sinalização e condições climáticas);
- Sentidos de circulação de veículos;
- Descrição e análise de marcas e resíduos (Planimetria e fotogrametria);
- Descrição e análise dos danos (deformações dos veículos, ferimentos das vítimas, impactos ao meio ambiente e à comunidade, etc.);
- Cronologia prévia ao acidente (análise das jornadas de trabalho do Condutor);
- Descrição do trajeto feito desde a origem até o ponto de colisão;
- Depoimentos do condutor e testemunhas do acidente;
- Descrição e análise do ponto de impacto e ângulo de colisão;
- Descrição da mecânica de colisão;
- Apresentação da mecânica de colisão mediante fotogramas seqüenciais (imagens);
- Análise de velocidades (análise do DDT, monitoramento satelital e/ou cálculo físico matemático);
- Descrição da Resposta à Emergência (cadeia de comunicação e tempo de resposta);
- Informações complementares;
- Determinação de ações para prevenção de novos acidentes;
- Conclusões (causa imediata, responsabilidades, conseqüências, fatores contribuintes, etc.)
- Análise de causas básicas (elaboração da árvore de causas);
- Proposta de ações (imediatas e de médio e longo prazo; preventivas e reativas).

12.8. Seguimento das Ações – Relatório Final

Após fechada a condição da emergência pela BR, a **TRANSPORTADORA** deverá disponibilizar um ponto focal para manter comunicações com os responsáveis pela investigação do acidente para manter uma atualização, como mínimo, das seguintes informações até 60 (sessenta) dias após acontecido o acidente:

- Evolução das tarefas de remediação ambiental no local;
- Expedição de documentos exigidos pelos Órgãos e Agências Ambientais responsáveis;
- Seguimento das informações pela Seguradora;

	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0	

- Seguimento do status dos feridos próprios e terceiros, através de contato com os familiares;
- Seguimento de status de reincorporação do condutor, detalhando treinamentos, seguimento psicológico, reciclagem, etc;
- Implementação de melhorias da gestão do transporte todo pela TRANSPORTADORA conforme o análise de causa do acidente;
- Existência de ações preventivas, corretivas e de monitoramento implementadas pela TRANSPORTADORA.

13 – GESTÃO PATRIMONIAL

A TRANSPORTADORA deverá manter gestão patrimonial em suas atividades, atuando preventivamente e corretivamente, para evitar irregularidades e desvios de **produtos** BR.

A BR, com apoio da sua Gerenciadora de Riscos, conduzirá processos de averiguação de ocorrências relacionadas à não conformidades na entrega de **produtos** BR em clientes, bem como processos de investigação de supostas irregularidades e desvios de produtos.


No prazo de 10 (dez) dias antes do início dos serviços, a TRANSPORTADORA deverá encaminhar para a BR ou sua Gerenciadora de Riscos relatórios que contenham o resultado de inspeções realizadas no interior dos tanques dos caminhões, de toda a frota, própria e agregada realizada em instituições reconhecidas, e autorizadas pela Gerenciadora de Riscos da BR.

A TRANSPORTADORA deverá, mensalmente, apresentar à BR ou sua Gerenciadora de Riscos, relatórios que contenham os resultados de inspeções realizadas no interior dos tanques dos veículos, de 20% (vinte por cento) da frota, própria e agregada, realizada em instituições reconhecidas, e autorizadas pela Gerenciadora de Riscos da BR. A escolha dos veículos a serem inspecionados dar-se-á na forma de sorteio, realizada pela BR ou sua Gerenciadora de Riscos, na presença da TRANSPORTADORA, ou por indicação da Gerenciadora de Riscos da BR, sempre que ocorrer reclamação fundamentada de um cliente ou denúncia.

A TRANSPORTADORA deverá colaborar com as atividades desenvolvidas pela BR e sua Gerenciadora de Riscos e deverá estar ciente que seu condutor poderá ser submetido a entrevistas dirigidas, na eventualidade de eventos patrimoniais durante a descarga dos produtos BR, devendo orientar seus condutores a fornecer informações e documentos requisitados pela Gerenciadora de Riscos.

A TRANSPORTADORA deverá também, quando solicitada, fornecer documentos dos veículos como: certificados de capacitação e aferição, resultados de análises telemétricas e outros documentos associados a processos de averiguação e investigação.

A TRANSPORTADORA deverá submeter à aprovação da BR, previamente ao início da prestação dos serviços contratados, a relação de pontos seguros de paradas e pernoites autorizados pela TRANSPORTADORA, tanto no *city market* quanto ao longo das rotas (coleta, transferência e entrega longa distância). Em nenhuma hipótese serão aceitas

	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

paradas e pernoites em áreas residenciais ou nas proximidades de escolas, hospitais e outras áreas restritas à circulação de veículos de carga e produtos perigosos. A **TRANSPORTADORA** deverá orientar os seus condutores a não pararem em locais não autorizados pela BR. Não será permitido que o condutor da **TRANSPORTADORA** utilize o veículo em deslocamentos para fins pessoais.

PACTO DE ACIDENTE ZERO (PAZ)

14. REGRAS DO PAZ


A **TRANSPORTADORA** deverá fornecer os recursos e implantar as práticas necessárias de forma a garantir o cumprimento das regras do PAZ por todos os condutores a ela vinculados.

O PAZ está constituído por 14 regras dirigidas à **TRANSPORTADORA** (cláusula primeira) e 18 regras dirigidas aos Condutores (cláusula segunda), descritos a seguir:

14.1. CLÁUSULA PRIMEIRA

A **TRANSPORTADORA** se obriga a seguir as regras do Pacto de Acidente Zero no Transporte Rodoviário de Produtos - PAZ - com o objetivo de evitar acidentes, protegendo assim a vida de condutores e de pedestres, sendo uma prestadora de serviços de transporte responsável que:

1. Assume a gestão de QSMS, não responsabiliza a má conservação das estradas e as dificuldades no trânsito por acidentes causados;
2. Promove práticas seguras e atua exemplarmente;
3. Conhece e atende a legislação, corrigindo eventuais não-conformidades;
4. Garante a realização dos exames periódicos de seus condutores;
5. Utiliza as ferramentas de gerenciamento de risco, tais como o rotograma e o rastreamento;
6. Planeja de forma segura as viagens e as jornadas de trabalho de seus condutores;
7. Não planeja ou autoriza o transporte no horário entre 22h00min e 05h00min nos casos de transferência, coleta ou entrega de longa distância (acima de 100 km);
8. Fornece orientações de segurança específicas a seus condutores quando for inevitável viajar entre 22h00min e 05h00min;
9. Mantém sua frota de caminhões e demais equipamentos em perfeitas condições de uso;


	<p align="center">ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO</p>	
<p align="center">SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO</p>	<p align="center">REV 0</p>	

10. Tem gestão efetiva de SMS sobre seus empregados e eventuais empresas contratadas;
11. Treina todos os condutores em prevenção de acidentes;
12. Comunica imediatamente todos os acidentes ocorridos e inicia prontamente as ações de emergência;
13. Possui Planos de Emergência no Transporte (PET) adequados às suas rotas e orienta os condutores sobre o seu uso;
14. Investiga os acidentes para determinar suas causas e implanta medidas para evitar novas ocorrências.


14.2. CLÁUSULA SEGUNDA

A **TRANSPORTADORA** se obriga a criar todos os meios e mecanismos que possibilitem aos condutores e prepostos mantidos sob sua responsabilidade terem pleno conhecimento das regras do PAZ, que serão aplicadas aos condutores responsáveis, considerados como aqueles que:

1. Obedecem aos procedimentos operacionais no carregamento e na descarga, e o Código Nacional de Trânsito durante todo o trajeto;
2. Em caso de dúvida, param o que estão fazendo e falam com seu chefe;
3. Usam o rotograma para terem uma viagem segura;
4. Param quando estão cansados;
5. Descansam em local seguro;
6. Cuidam de seu caminhão para garantir viagem segura;
7. Informam ao seu chefe os problemas observados no carregamento, trajeto e descarga;
8. Somente dirigem quando estão em boas condições de saúde;
9. Não bebem nem usam drogas ao dirigir;
10. Não dão carona;
11. Não viajam entre 22h00min e 5h00min nos casos de transferência, coleta ou entrega de longa distância (acima de 100 km);
12. Buscam orientações específicas de seu chefe quando for inevitável viajar entre 22h00min e 5h00min;
13. Não desviam da rota;
14. Reduzem a velocidade na chuva, neblina, horário noturno, falta de sinalização e de acostamento ou em pistas com buracos;
15. Não andam próximos do veículo da frente;
16. Ligam imediatamente para **0800 0 24 44 33** em caso de acidente;

 PETROBRAS	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

17. Prestam atendimento imediato nas emergências: sinalizam, auxiliam no socorro às vítimas e controlam vazamentos;
18. Calçam o caminhão ao estacionar.

	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

15. NORMAS DE CONDUÇÃO COMPLEMENTARES

A **TRANSPORTADORA** deverá fornecer os recursos e implantar as práticas necessárias de forma a garantir o cumprimento das Normas de Condução por todos os condutores a ela vinculados. De forma complementar ao PAZ, foram definidas as seguintes normas de condução de caráter obrigatório:

15.1 Com respeito aos elementos de segurança utilizar:

- a. O cinto de segurança sempre que o veículo estiver ligado;
- b. Os faróis baixos acesos sempre que o veículo estiver em movimento;
- c. Equipamento de Proteção Individual (EPI) e vestimentas adequadas para cada fase da operação;

15.2 Com respeito à velocidade, salvo sinalização em contrário que estabeleça limite inferior, utilizar os seguintes limites:

- a. 80 km/h sobre estradas em condições normais;
- b. 60 km/h sobre estradas com pavimento molhado;
- c. 20 km/h dentro das instalações.


Mesmo com as definições destes limites de velocidade, deve-se realizar uma avaliação contínua dos riscos, a fim de estabelecer uma velocidade compatível com as condições presentes da via.

15.3 Com respeito à jornada de trabalho:

- a. Cumprir a jornada de trabalho e os intervalos intra e interjornadas, conforme legislação em vigor;
- b. Não conduzir entre as 22:00h e as 05:00h em viagens de grandes distâncias (superiores a 100 Km, considerando origem e destino);
- c. Não conduzir de forma ininterrupta por períodos maiores que 3h. Uma vez estacionado o veículo em lugar adequado, descansar por pelo menos 15 minutos antes de reiniciar a viagem.


15.4 Com respeito às práticas de trabalho:

- a. Não viajar com acompanhantes (não dar carona);
- b. Não utilizar nenhum sistema de comunicação bidirecional enquanto o veículo estiver em movimento, tais como aparelhos celulares, radiotransmissores, serviços de mensagem sms, internet, ou de qualquer outro tipo existente ou que possa vir a ser inventado no futuro, incluindo os denominados mãos livres (Hands Free);
- c. Não circular com objetos soltos dentro da cabine.

	ANEXO II REQUISITOS DE SMS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

15.5 Com respeito ao comportamento:

- Não fumar na cabine ou em áreas de operação. Fumar somente em local autorizado;
- Não conduzir após consumo ou sob efeito do álcool, drogas ou quaisquer outras substâncias que tenham efeito adverso ao desempenho da condução;
- Ter uma atitude respeitosa e responsável com a comunidade e o meio-ambiente, portando-se sempre de maneira exemplar, com educação e gentileza, e tomando sempre atitudes que prezem pela sustentabilidade, como dar a destinação correta ao lixo e evitar ao máximo o desperdício.
- Em caso de sentir-se com algum problema ou indicativo de problema de saúde, comunicar à empresa e a Gerenciadora de Riscos para que uma avaliação pertinente seja realizada antes de iniciar ou seguir viagem;
- Aplicar técnicas de direção defensiva.
- Evitar frenagens bruscas do veículo

	ANEXO III ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SEMI-REBOQUE VEICULAR
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO	REV 0

1 - INTRODUÇÃO

Esta especificação destina-se a descrever, caracterizar e estabelecer diretrizes para o fornecimento de semi-reboque veicular, conforme os termos e condições estipulados nesta especificação, normas aplicáveis e anexos.

2 - ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

O semi-reboque veicular será destinado ao armazenamento e transporte de, no mínimo, 6.000 m³ de Gás Natural Comprimido (GNC) à uma pressão de 250 bar e à temperatura de 21°C.

O semi-reboque deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Sistema de redução de vibração entre a carga e o solo;
- Cilindros de alta pressão com dispositivo de segurança em cada cilindro para proteção contra sobre-pressão e excesso de temperatura, além de válvulas de segurança instaladas no painel de operação;
- Pintura anticorrosiva com validade de 5 anos;
- Tubulações de manifold e interligação dos cilindros em aço inoxidável;
- A válvula do cilindro deverá ter dispositivo "pescador" para retirar condensado da carreta;
- Certificados e relatórios de ensaios realizados, conforme NBR 12274.


3 - EXIGÊNCIAS ANP

Deverão ser atendidas todas as exigências da ANP para carretas de GNC, cujas principais são: (i) certificado de registro e licenciamento de veículo (CVRL); (ii) certificado de inspeção para o transporte de produtos perigosos (CIPP), e (iii) cópia legível e autenticada do atestado no qual conste declaração do fornecedor ou de entidade técnica que tenha realizado inspeção, de que o veículo transportador de GNC foi construído de acordo com as normas técnicas cabíveis e que se encontra adequado para operar em segurança. O atestado deve, também, declarar a capacidade do veículo.

4 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Os veículos deverão estar em bom estado de conservação e funcionamento e com todos os acessórios de segurança exigidos por lei, podendo os mesmos ser submetidos à inspeção da PETROBRAS DISTRIBUIDORA e ser exigida a substituição, caso não atendam às exigências legais e normativas.

Deverá ser fornecido o book completo dos semi-reboques.

	ANEXO III ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SEMI-REBOQUE VEICULAR	
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO - GNC NO ESPÍRITO SANTO		REV 0

A manutenção preventiva e corretiva dos semi-reboques, inclusive dos cilindros de GNC, é de responsabilidade da TRANSPORTADORA e deverá seguir as recomendações do fabricante e normas vigentes.

5. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

A título de referência, é apresentada a seguir uma lista de leis e normas, sem a pretensão de esgotar toda a legislação aplicável.

Caso exista conflito entre qualquer requisito estabelecido neste documento e o estipulado na legislação em vigor, deverá ser considerado aquele de maior nível de exigência. Em caso de dúvida, a empresa transportadora deverá realizar uma consulta formal à PETROBRAS DISTRIBUIDORA.

NBR15600 - Estação de armazenagem e descompressão de gás natural comprimido – Projeto, construção e operação;

NBR7500 - Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos;

NBR7503 - Ficha de emergência e envelope para o transporte de produto perigoso;

NBR12274 - Inspeção em cilindros de aço sem costura para gases – Procedimento;

NBR12790 - Cilindro de aço especificado, sem costura, para armazenagem e transporte de gases a alta pressão;

NBR12804 - Aprovação de tipo de cilindros de aço para gases à alta pressão;

NR13 – Caldeiras e Vasos de Pressão;

RTQ 5 – Inspeção de veículos rodoviários para o transporte de produtos perigosos. Portaria INMETRO nº 197, de 03 de dezembro de 2004;

RTQ 6i – Inspeção de veículos rodoviários para o transporte de produtos perigosos a granel – Grupos 6 e 27D. Portaria INMETRO nº 197, de 03 de dezembro de 2004;

RTQ 6c – Inspeção na construção de equipamentos para o transporte rodoviário de produtos perigosos a granel - Grupos 6 e 27D. Portaria INMETRO nº 197, de 03 de dezembro de 2004;

RTQ 32 – Pára-choque traseiro de veículos rodoviários para o transporte de produtos perigosos – Construção, ensaio e instalação. Portaria INMETRO nº 197, de 03 de dezembro de 2004;

RESOLUÇÃO ANTT nº 420, de 12 de fevereiro de 2004 – Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

Decreto 96.044 de 18/05/1988 - Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, e dá outras providências;

ISO 4705:1983 - Refillable seamless steel gas cylinders;

ISO 9809-3:2010 - Gas cylinders - Refillable seamless steel gas cylinders -- Design, construction and testing -- Part 3: Normalized steel cylinders;

NBR 8571:2000 - Equipamento de transporte de contêiner - Determinação da resistência da fixação;

NBR 9500 - Implementos rodoviários - Veículo porta-contêiner (VPC) – Requisitos;

N 2913 - Revestimentos anticorrosivos para tanque, esfera e cilindro de armazenamento.

ANEXO IV	
PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS	
Orientações para preenchimento da Planilha de Preços Unitários:	
i) Esta PPU tem dois itens. A soma dos dois itens compõe o valor total da contratação.	
iii) A empresa deve preencher as quantidades e valores (sem impostos) de cada subitem que compõe os custos fixos do serviço (células verdes), incluindo os valores de administração central e a margem de lucro.	
iii) A empresa deve preencher o valor (sem impostos) do custo variável referente ao serviço de transporte (célula amarela).	
iv) A empresa deve preencher o volume útil de cada carreta (célula marrom).	
vi) A empresa deve preencher os valores de referência (células azuis) para serem utilizados em caso de alterações das Condições de Fornecimento.	
vi) A empresa deve preencher o valor global por extenso.	
Lógica do Faturamento do serviço:	
Com a inserção dos dados no quadro "Estrutura de Custos" a planilha vai calcular os preços para cada faixa de vazão e o valor total do Contrato.	
Faturamento Mensal = Vazão Média Mensal (VMdM) x Número de Dias do mês x Preço do Serviço (PS).	
O faturamento será por m³ de gás descomprimido.	
A vazão diária média do mês será a referência que definirá a faixa contendo o preço do serviço	

Item 1. Preço do Transporte para o Local de Entrega da Estação de Descompressão de Linhares			
Estrutura de Custos (sem ISS, ICMS e Pis/Cofins)		Planilha de Preços (sem ISS, ICMS e Pis/Cofins)	
Subitens	Quantidade	Valor	Unidade
Semi-reboque de GMC	5	17.159,64	R\$/mês
Cavalo Mecânico em regime de 24h	1	25.472,16	R\$/mês
Cavalo Mecânico de back-up	1	6.577,32	R\$/mês
Outros		3.199,50	R\$/mês
Administração Central		14.222,74	R\$/mês
Margem de lucro		32.340,00	R\$/mês
1.1. Valor Total - fixo		167.609,91	R\$/mês
1.2. Valor variável		1,69	R\$/km
Distância (Comp - Descomp)		31,47	km
Volume útil carreta (cálculo do preço)		34,08	m³
Valores de referência para ser utilizado em caso de alterações das Condições de Fornecimento:			
Subitens	Quantidade	Valor	Unidade
1.3. Cavalo mecânico em regime de 12h	10	25.472,16	R\$/mês
1.4. Mobilização e Desmobilização de equipamento	10	12.152,34	R\$/unidade
Impostos Incidentes:			
Pis/Cofins:	9,25%		
ISS:	2%		
Prazo de Fornecimento:	24	meses	
Sub-total Item 1:		R\$ 5.754.858,97	

6,01 - 7 mil m³/dia	6,50	0,9520
7,01 - 8 mil m³/dia	7,50	0,8279
8,01 - 9 mil m³/dia	8,50	0,7330
9,01 - 10 mil m³/dia	9,50	0,6581
10,01 - 11 mil m³/dia	10,50	0,5974
11,01 - 12 mil m³/dia	11,50	0,5473
12,01 - 13 mil m³/dia	12,50	0,5053
13,01 - 14 mil m³/dia	13,50	0,4694
14,01 - 15 mil m³/dia	14,50	0,4385
15,01 - 16 mil m³/dia	15,50	0,4116
16,01 - 17 mil m³/dia	16,50	0,3879
17,01 - 18 mil m³/dia	17,50	0,3670
18,01 - 19 mil m³/dia	18,50	0,3483
19,01 - 20 mil m³/dia	19,50	0,3315
20,01 - 21 mil m³/dia	20,50	0,3164
21,01 - 22 mil m³/dia	21,50	0,3027
22,01 - 23 mil m³/dia	22,50	0,2902
23,01 - 24 mil m³/dia	23,50	0,2787
24,01 - 25 mil m³/dia	24,50	0,2682
25,01 - 26 mil m³/dia	25,50	0,2585
26,01 - 27 mil m³/dia	26,50	0,2496
27,01 - 28 mil m³/dia	27,50	0,2413
28,01 - 29 mil m³/dia	28,50	0,2336
29,01 - 30 mil m³/dia	29,50	0,2264
30,01 - 31 mil m³/dia	30,50	0,2196
31,01 - 32 mil m³/dia	31,50	0,2133
32,01 - 33 mil m³/dia	32,50	0,2074
33,01 - 34 mil m³/dia	33,50	0,2019
34,01 - 35 mil m³/dia	34,50	0,1966
35,01 - 36 mil m³/dia	35,50	0,1917
36,01 - 37 mil m³/dia	36,50	0,1870

Item 2. Preço do Transporte para o Local de Entrega da Estação de Descompressão de Colatina e Posto Spinassé

Estrutura de Custos (sem ISS, ICMS e Pis/Cofins)			
Subitens	Quantidade	Valor	Unidade
Semi-reboque de GNC	2	173.595,54	R\$/mês
Cavalo Mecânico em regime de 24h	1	25.472,16	R\$/mês
Outros		177,03	R\$/mês
Administração Central			
Margem de lucro		4.850,99	R\$/mês
		7.102,38	R\$/mês
2.1. Valor Total - fixo			
		71.921,82	R\$/mês
2.2. Valor variável			
		1,69	R\$/km
Distância (Compressão - Descompressão)			
		136,13	km
Volume útil carreta (cálculo do preço)			
		5400	m³
Valores de referência para ser utilizado em caso de alterações das Condições de Fornecimento:			
Subitens	Quant	Valor	Unidade
2.3. Cavalo mecânico em regime de 12h	1	31.609,57	R\$/mês
2.4. Mobilização e Desmobilização de equipamento	5	12.152,34	R\$/unidade
Impostos Incidentes:			
Pis/Cofins:	9,25%		
ICMS:	12%		
Prazo de Fornecimento:			
		24	meses
Sub-total Item 2:		R\$ 2.848.469,46	

VALOR TOTAL CONTRATO COM ICMS E 30% DE VARIABILIDADE DO VOLUME.

R\$ 13.475.092,72

Valor Global:	R\$ 8.603.328,43
Valor Global por extenso:	
ASSINATURAS	
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	CGDN LOGÍSTICA S/A

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AG19379
Avenida Almirante Barros, 139 - C. Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)33553-6021

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE
AURELIO ANTONIO DE SOUZA.

Valor total: 7,91
Rio de Janeiro, 10/12/2019. MARCELO SALES SANTOS
Selo: **EDHOS9117-KWX**
Consulte em <https://www3.brj1.jus.br/registro-de-notas>
Escritório Autorizado
2524-0873 / 3553-8666

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Luciano Vias Boas Junior
CGDN Logística S.A.

ANEXO II – PLANILHA DE PREÇOS – ITENS CEDIDOS

Este documento foi assinado digitalmente por Jose Alcides Santoro Martins e Joao Carlos Gonchorosky.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código BFCF-DE17-0874-2360.

ANEXO II	
PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS	
Orientações para preenchimento da Planilha de Preços Unitários: I) Esta PPU tem dois itens. A soma dos dois itens compõe o valor total da contratação. II) A empresa deve preencher as quantidades e valores (sem impostos) de cada subitem que compõe os custos fixos do serviço (células verdes); incluindo os valores de administração central e a margem de lucro. III) A empresa deve preencher o valor (sem impostos) do custo variável referente ao serviço de transporte (célula amarela). IV) A empresa deve preencher o volume útil de cada carreta (célula marrom). V) A empresa deve preencher os valores de referência (células azuis) para serem utilizados em caso de alterações das Condições de Fornecimento. VI) A empresa deve preencher o valor global por extenso. Lógica do faturamento do serviço: Com a inserção dos dados no quadro "Estrutura de Custos" a planilha vai calcular os preços para cada faixa de vazão e o valor total do Contrato. Faturamento Mensal = Vazão Média Mensal (VMM) x Número de Dias do mês x Preço do Serviço (PS). O faturamento será por m³ de gás descomprimido. A vazão diária média do mês será a referência que definirá a faixa contendo o preço do serviço	

Item 1. Preço do Transporte para o Local de Entrega da Estação de Descompressão de Linhares			
Estrutura de Custos (sem ISS, ICMS e Pis/Cofins)			
Subitens	Quantidade	Valor	Unidade
Semi-reboque de GNC	5	17.159,64	R\$/mês
Cavalo Mecânico em regime de 24h	1	25.472,16	R\$/mês
Cavalo Mecânico de back-up	1	6.577,32	R\$/mês
Outros		3.199,50	R\$/mês
Administração Central		14.222,74	R\$/mês
Margem de lucro		32.340,00	R\$/mês
1.1. Valor Total - fixo		167.609,91	R\$/mês
1.2. Valor variável		1,69	R\$/km
Distância (Comp - Descomp)		31,47	km
Volume útil carreta (cálculo do preço)		5400	m³
Valores de referência para ser utilizado em caso de alterações das Condições de Fornecimento:			
Subitens	Quantidade	Valor	Unidade
1.3. Cavalo mecânico em regime de 12h	10	25.472,16	R\$/mês
1.4. Mobilização e Desmobilização de equipamento	10	12.152,34	R\$/unidade
Impostos Incidentes:			
Pis/Confins:	9,25%		
ISS:	2%		
Prazo de Fornecimento:	11	meses	
Sub-total Item 1:		R\$ 6.254.660,19	

Planilha de Preços (sem ISS, ICMS e Pis/Cofins)		
Faixas de vazão	Vazão Ref. (mil m³/dia)	Preço do Serviço (R\$/m³)
6,01 - 7 mil m³/dia	6,50	1,0266
7,01 - 8 mil m³/dia	7,50	0,8928
8,01 - 9 mil m³/dia	8,50	0,7905
9,01 - 10 mil m³/dia	9,50	0,7097
10,01 - 11 mil m³/dia	10,50	0,6443
11,01 - 12 mil m³/dia	11,50	0,5902
12,01 - 13 mil m³/dia	12,50	0,5449
13,01 - 14 mil m³/dia	13,50	0,5062
14,01 - 15 mil m³/dia	14,50	0,4729
15,01 - 16 mil m³/dia	15,50	0,4439
16,01 - 17 mil m³/dia	16,50	0,4183
17,01 - 18 mil m³/dia	17,50	0,3957
18,01 - 19 mil m³/dia	18,50	0,3756
19,01 - 20 mil m³/dia	19,50	0,3575
20,01 - 21 mil m³/dia	20,50	0,3412
21,01 - 22 mil m³/dia	21,50	0,3264
22,01 - 23 mil m³/dia	22,50	0,3129
23,01 - 24 mil m³/dia	23,50	0,3006
24,01 - 25 mil m³/dia	24,50	0,2892
25,01 - 26 mil m³/dia	25,50	0,2788
26,01 - 27 mil m³/dia	26,50	0,2691
27,01 - 28 mil m³/dia	27,50	0,2602
28,01 - 29 mil m³/dia	28,50	0,2519
29,01 - 30 mil m³/dia	29,50	0,2441
30,01 - 31 mil m³/dia	30,50	0,2369
31,01 - 32 mil m³/dia	31,50	0,2301
32,01 - 33 mil m³/dia	32,50	0,2237
33,01 - 34 mil m³/dia	33,50	0,2177
34,01 - 35 mil m³/dia	34,50	0,2121
35,01 - 36 mil m³/dia	35,50	0,2067
36,01 - 37 mil m³/dia	36,50	0,2017

Item 2. Preço do Transporte para o Local de Entrega da Estação de Descompressão de Colatina e Posto Spinassé			
Estrutura de Custos (sem ISS, ICMS e Pis/Cofins)			
Subitens	Quantidade	Valor	Unidade
Semi-reboque de GNC	2	17.159,64	R\$/mês
Cavalo Mecânico em regime de 24h	1	25.472,16	R\$/mês
Outros		177,01	R\$/mês
Administração Central		4.850,99	R\$/mês
Margem de lucro		7.102,38	R\$/mês
2.1. Valor Total - fixo		71.921,82	R\$/mês
2.2. Valor variável		1,69	R\$/km
Distância (Compressão - Descompressão)		136,13	km
Volume útil carreta (cálculo do preço)		5400	m³
Valores de referência para ser utilizado em caso de alterações das Condições de Fornecimento:			
Subitens	Quant	Valor	Unidade
2.3. Cavalo mecânico em regime de 12h	1	31.609,57	R\$/mês
2.4. Mobilização e Desmobilização de equipamento	5	12.152,34	R\$/unidade
Impostos Incidentes:			
Pis/Confins:	9,25%		
ICMS:	12%		
Prazo de Fornecimento:	11	meses	
Sub-total Item 2:		R\$ 2.810.731,61	

lanilha de Preços (sem ISS, ICMS e Pis/Cofins) - Colatina e Posto Spinassé		
Faixas de vazão	Vazão Ref. (mil m³/dia)	Preço do Serviço (R\$/m³)
1,51 - 2,0 mil m³/dia	1,75	1,6990
2,01 - 2,5 mil m³/dia	2,25	1,3435
2,51 - 3,0 mil m³/dia	2,75	1,1173
3,01 - 3,5 mil m³/dia	3,25	0,9607
3,51 - 4,0 mil m³/dia	3,75	0,8458
4,01 - 4,5 mil m³/dia	4,25	0,7580
4,51 - 5,0 mil m³/dia	4,75	0,6886
5,01 - 5,5 mil m³/dia	5,25	0,6325
5,51 - 6,0 mil m³/dia	5,75	0,5861
6,01 - 6,5 mil m³/dia	6,25	0,5472
6,51 - 7,0 mil m³/dia	6,75	0,5140
7,01 - 7,5 mil m³/dia	7,25	0,4854
7,51 - 8,0 mil m³/dia	7,75	0,4605
8,01 - 8,5 mil m³/dia	8,25	0,4386

Valor Global:	R\$ 9.065.391,80
Valor Global por extenso:	Nove milhões e sessenta e cinco mil e trezentos e noventa e um reais e oitenta centavos

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BFCF-DE17-0874-2360> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BFCF-DE17-0874-2360



Hash do Documento

219ED0D84DC5ADE74AB57A7D08362A2EA49A7E7DF2CED2FE392E6F006CB8AE5B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/10/2020 é(são) :

☒ José Alcides Santoro Martins - 892.522.258-20 em 22/10/2020

14:19 UTC-03:00

Nome no certificado: Jose Alcides Santoro Martins

Tipo: Certificado Digital

☒ João Carlos Gonchorosky - 514.149.459-49 em 21/10/2020 15:14

UTC-03:00

Nome no certificado: Joao Carlos Gonchorosky

Tipo: Certificado Digital

